

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

WALLESON WILLIAN CÂNDIDO LOURENÇO

**O REORDENAMENTO DOS NUNCA ORDENADOS: CONFLITOS ENTRE
TRABALHADORES AMBULANTES E LOJISTAS EM MACEIÓ**

MACEIÓ

2020

WALLESON WILLIAN CÂNDIDO LOURENÇO

**O REORDENAMENTO DOS NUNCA ORDENADOS: CONFLITOS ENTRE
TRABALHADORES AMBULANTES E LOJISTAS EM MACEIÓ**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal de
Alagoas como requisito parcial à obtenção
do título de Licenciado em Ciências
Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alice Anabuki
Plancherel

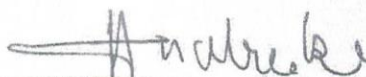
MACEIÓ
2020

WALLESON WILLIAN CÂNDIDO LOURENÇO

**O REORDENAMENTO DOS NUNCA ORDENADOS: CONFLITOS ENTRE
TRABALHADORES AMBULANTES E LOJISTAS EM MACEIÓ**

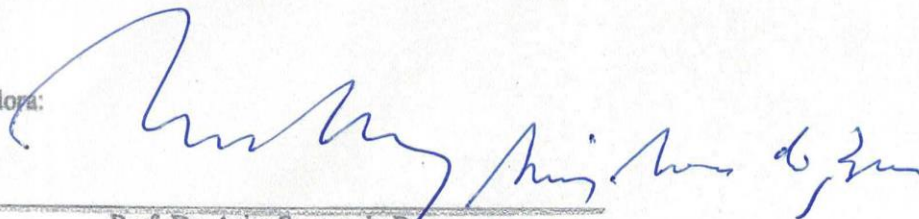
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal de
Alagoas como requisito parcial à obtenção
do título de Licenciado em Ciências
Sociais.

Orientadora:

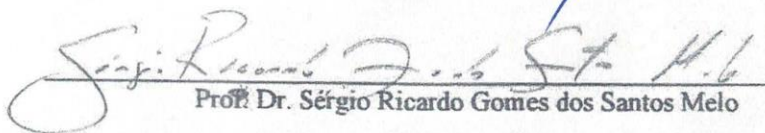


Prof.ª. Dr.ª. Alice Anabuki Plancherel

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Arim Soares do Bem



Prof. Dr. Sérgio Ricardo Gomes dos Santos Melo

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

L892r Lourenço, Walleon Willian Cândido.
O reordenamento dos nunca ordenados : conflitos entre trabalhadores ambulantes e lojistas em Maceió / Walleon Willian Cândido Lourenço. – 2021. 70 f. : il.

Orientadora: Alice Anabuki Plancherel.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais, Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 64-70.

1. Capital (Economia) - Reestruturação produtiva. 2. Crise do capital. 3. Trabalho informal. 4. Vendedores ambulantes. I. Título.

CDU: 339.176/.177(813.5)

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos irão, inicialmente, à minha orientadora, professora Dr.^a Alice Anabuki Plancherel. Docente que, desde quando demonstrei interesse em encaminhar e produzir meu trabalho de conclusão de curso – TCC, deu-me total apoio, incentivo e assistência. Bem como me propiciou oportunidades em encontros do seu grupo de pesquisa sobre trabalho para melhor encaminhar à minha monografia e uma formação mais sólida no que diz respeito à compreensão prática da imbricação capital-trabalho nas relações sociais de produção. Posteriormente, ao meu ex-professor de sociologia do ensino médio no Instituto Federal de Alagoas, Sergio Ricardo. O qual possibilitou-me, pela oportunidade de trabalhar numa pesquisa PIBIC, a compreensão efetiva das contribuições da reflexão sociológica para a sociedade. Na qual, principalmente, permitiu-me, por um lado, aperceber-se nas minhas reais condições de classe; por outro, apreender criticamente a natureza das problemáticas que afligiam-me enquanto filho da classe trabalhadora. Constituindo-se, assim, o pontapé inicial que levou-me a cursar essa licenciatura em Ciências Sociais, e encaminhar-se para a minha formação em sujeito histórico crítico. Por fim, quero deixar meus agradecimentos a todos aqueles meus professores do ICS e dos demais cursos da UFAL que efetivamente honraram o título de professor, e que tiveram por intuito não somente formar graduados, mas sujeitos críticos que possam vir a contribuir de algum modo para a melhoria de nossa sociedade.

EPÍGRAFE

Sob o cotidiano, desvelem o inexplicável. Que tudo que seja dito ser habitual cause
inquietação.
Na regra é preciso descobrir o abuso, e sempre que o abuso for encontrado, é preciso
encontrar o remédio.

Bertolt Brecht

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1: Reordenamento Praça Palmares	41
Fotografia 2: Praça dos Palmares	41
Fotografia 3: Protesto dos vendedores ambulantes.....	41
Fotografia 4: Protesto dos vendedores Ambulantes	41
Fotografia 5: Fiscalização SEMSCS.....	44
Fotografia 6: Intervenção SEMSCS.....	44
Fotografia 7: Projeto Arquitetônico Praça dos Palmares	45
Fotografia 8: Divisão das vagas destinadas aos vendedores ambulantes.....	45
Fotografia 9: Protesto dos vendedores ambulantes na rua Augusta	46
Fotografia 10: Protesto dos vendedores ambulantes na rua Augusta	46
Fotografia 11: Projeto Praça dos Palmares em atividade.....	48
Fotografia 12: Vendedores Ambulantes no Shopping Popular de Maceió	48
Fotografia 13: Manifestação vendedores ambulantes.....	50
Fotografia 14: Negociação entre a PMM, PM e os vendedores ambulantes.....	50
Fotografia 15: Reunião em busca de soluções	51
Fotografia 16: Mercado da produção.....	51
Fotografia 17: Novo Protesto dos vendedores ambulantes	52
Fotografia 18: Ordenamento do Calçadão do centro de Maceió	57
Fotografia 19: Calçadão do centro de Maceió.....	57
Fotografia 20: Fiscais do Centro Presente.....	58
Fotografia 21: Fiscais do Centro Presente e Guarda Municipal.....	58

RESUMO

O processo de reestruturação produtiva visto no século XX, impulsionado pela crise de acumulação do capital, provocou inúmeras consequências para a classe proletária, dentre as quais se destacam a flexibilização, intensificação da exploração e precarização do trabalho. Na qual, no cenário de revoluções técnico-científicas, reduziu-se drasticamente a necessidade do trabalho manual, deixando uma massa monumental de trabalhadores em subempregos e até desempregados. Diante disso, vislumbramos uma grande quantidade de trabalhadores buscando alternativas às formas de trabalhos formais, enquanto forma de sobrevivência, da qual se destaca o trabalho informal, especialmente o comércio da venda ambulante. Muitos trabalhos de pesquisa foram realizados em vários estados do Brasil, com vistas a tentar compreender o comércio informal ambulante em seus conflitos quotidianos. Entretanto, poucos trabalhos visaram oferecer uma compreensão analítica crítica de perspectiva marxiana das suas condições de classe, em especial no estado de Alagoas, no município de Maceió. Deste modo, este trabalho teve por objetivo compreender o comércio ambulante no centro de Maceió. Especificamente, analisar a natureza dos conflitos políticos existentes entre os vendedores ambulantes, os lojistas e a prefeitura de Maceió que surgiram após a ocupação de “pontos” do espaço público por aqueles para desenvolver seu comércio. Para isso, utilizamos uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, de autores tanto do campo da sociologia do trabalho amparado numa análise teórica de matriz do materialismo histórico dialético, quanto de teóricos do campo da geografia urbana crítica. Assim, apreendemos, por um lado, que os conflitos existentes entre os vendedores ambulantes e os lojistas de Maceió, apresentam-se como decorrentes do choque de interesses entre as próprias classes que representam, dentro da posição que ocupam na divisão estrutural do trabalho e no complexo do processo de acumulação produtiva. Por outro lado, numa perspectiva mais situada e localizada nos desdobramentos quotidianos, percebemos que esses conflitos no qual a prefeitura apresenta-se como defensora dos interesses dos empresários; estabelece-se pela negação da ocupação de “pontos” de intensos fluxos, os quais são centrais para que os vendedores ambulantes desenvolvam suas atividades, tendo por argumento processos de revitalização e reordenamento urbano de caráter excludente das camadas populares e periféricas.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva. Crise do Capital. Trabalho informal. Comércio ambulante.

ABSTRACT

The productive restructuring process seen in the 20th century, driven by the capital accumulation crisis, caused numerous consequences for the proletarian class, among which the flexibility, intensification and precariousness of work stand out. In which, in the scenario of technical-scientific revolutions, the need for manual labor has been drastically reduced, leaving a monumental mass of underemployed and even unemployed workers. Therefore, we see a large number of workers looking for alternatives to formal forms of work, as a way of survival, of which informal work stands out, especially the street vending trade. Many research works have been carried out in several states in Brazil, with a view to trying to understand the informal walking trade in its daily conflicts. However, few studies aimed to offer a critical analytical understanding of the Marxian perspective of their class conditions, especially in the state of Alagoas, in the municipality of Maceió. Thus, this work aimed to understand the street commerce in the center of Maceió. Specifically, to analyze the nature of the political conflicts that exist between street vendors, shopkeepers and the city hall of Maceió that arose after the occupation of “points” of public space by those to develop their trade. For that, we used a qualitative research, of bibliographic character, of authors as much of the field of the sociology of the work supported in a theoretical analysis of matrix of the dialectical historical materialism, as of theorists of the field of the critical urban geography. Thus, we apprehend, on the one hand, that the conflicts that exist between street vendors and storeowners in Maceió, appear as resulting from the clash of interests between the very classes they represent, within the position they occupy in the structural division of labor and in the complex process of productive accumulation. On the other hand, in a more situated and localized perspective in the daily developments, we realize that these conflicts in which the city presents itself as a defender of the interests of businessmen; it is established by the denial of the occupation of “points” of intense flows, which are central for the street vendors to develop their activities, having as their argument processes of revitalization and urban reordering of an excluding nature of the popular and peripheral layers.

Keywords: Productive restructuring. Capital Crisis. Informal work. Walking trade.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 CRISES CÍCLICAS DO CAPITAL E O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	18
2.1 A degradação da classe-que-vive-do-trabalho na era da acumulação flexível	21
2.2 O processo de reestruturação produtiva no Brasil.....	22
3 A INFORMALIDADE NO BRASIL COMO FORMA DE SOBREVIVÊNCIA: Desemprego e exclusão social na era da acumulação flexível.....	25
3.1 O COMÉRCIO INFORMAL NA LEI DO VALOR: Análise da Lei Geral da Acumulação Capitalista	28
4 CONFLITOS E NUANCES ENTRE OS LOJISTAS E “CAMELÔS” DO CENTRO COMERCIAL DE MACEIÓ: Uma análise de sua natureza em consonância com papel mediador da prefeitura de Maceió.	33
4.1 - Os diversos usos do espaço público: as fronteiras entre o que é público e privado	35
4.2.1 – As bases para o conflito (2015-2016).....	40
4.2.2 As negociações infundáveis (2017).....	44
4.2.3 – Reuniões sem solução e continuação dos conflitos (2018).....	48
4.3 - O confronto direto: as posições e convicções políticas em perspectiva (2019)	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	64

1 INTRODUÇÃO

É indubitável que o mundo, na passagem do século XX ao XXI, vem sofrendo transformações acentuadas no âmbito político, econômico e social. O sistema capitalista de produção que se caracteriza por estruturar a sociabilidade humana sobre a lógica da acumulação e valorização do capital, vem se desenvolvendo e adotando novas formas de expansão, cuja atual feição aparece naquilo que Chesnais (1996) denomina de *mundialização do capital*. É, nesse sentido, um processo em curso que, grosso modo, define-se pela predominância do capital financeiro: um regime institucional internacional de capital concentrado que visa, em primeira instância, revolucionar as formas de polarização da riqueza, abarcar os sistemas políticos e, assim, reproduzir a sua dominação.

Este cenário se evidencia em um contexto em que o capital embora tivesse apresentado, após segunda guerra mundial, entre 1940 e 1960, décadas de expansão, mediante altas taxas de crescimento, aquilo que Eric Hobsbawn (1995) denomina de *décadas de ouro do capitalismo*; passou, posteriormente, no final da década de 1960, a manifestar crises estruturais, perceptivelmente vistas nas baixas taxas de lucros e investimentos no setor produtivo. Crises essas que acabaram por se estender sistematicamente ao longo das décadas de 1970 e 1980; levando o historiador britânico marxista, em oposição à última expressão, a cunhar de *Décadas de Crise do capitalismo*. Tratou-se, efetivamente, de um período em que o sistema fordista-taylorista já não mais atende às demandas que o sistema necessitava para continuar a se reproduzir em graus satisfatórios no que tange ao processo de valorização e acumulação do capital.

Destarte, como resposta a essa problemática, a relação capital-trabalho começou a ser alterada. Observou-se de tal maneira transformações no mundo do trabalho que exigiram formas de gestão e de organização de produção cada vez mais flexíveis e diversificadas, em detrimento à rigidez do antigo sistema, aquilo que Harvey (2004) denominou de *acumulação flexível*. Conceito esse que se verifica na análise do processo em expansão mundial iniciado na década de 1970 que flexibiliza sistematicamente os processos de trabalho, os mercados de trabalho e os padrões de consumo, na medida que surgem novos setores de produção, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, aumento da competição internacional decorrente do uso de tecnologias produtivas.

Nesse sentido, as primeiras consequências visíveis desse processo se evidenciou no intenso processo de heterogeneização, complexificação e precarização do trabalho. Processo

em curso esse que gerou consequências graves para a *classe-que-vive-do-trabalho*, vistas sobretudo na expansão das formas de subproletarização, trabalho parcial, temporário, subcontratado e terceirizado (ANTUNES, 2006).

Tendo em vista isso, dentro da edificação de uma atmosfera de ameaça de desemprego, observamos, por um lado, a submissão de trabalhadores a trabalhos que houvera erosão de direitos constitucionais historicamente conquistados pela classe proletária, como carteira assinada, salário família, férias, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e dentre outros (OLIVEIRA, 2009). E, por outro, em consequência direta desse, vemos o crescimento de ocupações assalariadas sem registro formal ou não assalariadas em pequenas empresas, que para Pochmann (2002, p. 52), “deu maior amplitude aos segmentos econômicos pouco organizados e à precarização do mercado de trabalho, simbolizando um quadro recente de piora no padrão de uso e remuneração da força de trabalho”. Em que vislumbramos, desta forma, um contexto no qual a flexibilização do trabalho decorrente de um sistema de produção e acumulação flexível, vem diretamente acompanhada de uma flexibilização/desmontagem dos direitos do trabalho. Além disso, trata-se de um contingente que teve como pressuposto a perspectiva de que a rigidez de direitos obstaculiza a reprodução desse sistema de produção (ANTUNES, 1996).

Por conseguinte, longe de ser uma realidade situada geograficamente em países desenvolvidos economicamente, as consequências são visíveis também para países dependentes economicamente e politicamente dentro da totalidade do complexo processo de relações de produção e reprodução mundial do capital. No Brasil, segundo Oliveira (2009), a partir da década 1980 foi possível vislumbrar baixas taxas de crescimento econômico, altos níveis de inflação e a concentração de renda. Uma vez que, para ele, a teoria desenvolvimentista ao invés de realizar na prática o que propunha, significou um agravamento da situação econômica dos trabalhadores, à medida que seus baixos salários dificultavam a compra de mercadorias, as quais apresentavam altas taxas constantes de preço. Contexto esse que desencadeou, por fim, uma acentuação da desigualdade social, da pobreza, as quais intensificam os processos de exclusão social no país (MARTINS, 1997).

Nessa linha de raciocínio, levando-se em conta que o novo modo de organização, produção e reprodução do capital toyotista não rompe a relação do homem com a máquina, mas desespecializa o capital variável, tornando-o polivalente e, assim, apto a ocupar várias funções; a problemática do desemprego e subemprego tornou-se central. Principalmente frente aos processos de automação, robótica, microeletrônico que reduzem drasticamente a necessidade desse trabalho manual (ANTUNES, 2006). Cenário esse que, sem dúvidas, revelou-se como

um dos mais proeminentes reflexos da contradição da relação capital/trabalho. Sobretudo quando observamos que para Marx (1982) o trabalho é o elemento fundante do ser social, que envolve o homem e a natureza num só processo, visando sanar as suas necessidades corpóreas e sociais. Assim, é notável que frente a esse contexto instável, ambíguo e grave de crise estrutural do capital, a grande massa que vive da venda da força de trabalho começa a procurar alternativas ao trabalho formal como forma de garantir a sua sobrevivência, dos quais se destaca o trabalho informal.

É evidente que, principalmente a partir da década de 1990, a informalidade no trabalho começou a ganhar profundo destaque em nível global. De tal forma que Araújo e Lombardi (2013) ao refletirem sobre as causas desse processo, destacaram algumas importantes: a ascensão do neoliberalismo, o advento da globalização, a flexibilização produtiva. Além disso, esses autores ainda fazem questão de enfatizar que não se trata apenas de um fenômeno em expansão nos países do Sul, que são conhecidos por ter um mercado de trabalho historicamente pouco estruturado, mas também de uma realidade dos países do Norte, onde se ampliam as formas de trabalho precário, desprotegido, subterrâneo e ilegal.

Nesse sentido, retornando à realidade brasileira, sobre a qual se pautará nosso estudo nessa área do trabalho informal, podemos perceber que a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho, sem vínculos empregatícios, constituiu-se enquanto marco problemático e preocupante na sociedade brasileira do século XX (KREIN; PRONI, 2010). Contingente esse que, efetivamente, vislumbramos um processo de reestruturação econômica no qual — seguindo os ditames dos países europeus — provocou um inchaço no setor terciário. Outrossim, em consonância com essa precarização do trabalho em massa sentida principalmente pelos trabalhadores industriais; pôde em parte oferecer uma explicação acerca do porquê dessa elevação nos trabalhos informais. Trabalhos informais esses que se destaca, em especial, o comércio ambulante, nosso objeto de estudo.

Muitas pesquisas foram realizadas em vários estados brasileiros, como a de Dantas (2014) realizada no Ceará, Pamplona (2013) em São Paulo, Barroso (2011) no Rio de Janeiro. Marques (2010) no Espírito Santo, com vistas a tentar compreender a rotina, o modo de organização, e nuances que decorrem nesse ramo de comércio informal. No qual esse mesmo ramo não participando das mesmas políticas do setor formal de trabalho, manifesta-se como uma economia intersticial e autônoma a essa economia do setor formal, à medida que realiza a distribuição, circulação e consumo da mercadoria.

Assim, tendo em vista o exposto acima, nosso objetivo neste trabalho dialoga, em grande medida, com essas literaturas específicas acerca do trabalho informal dos ambulantes.

Uma vez que pretendemos analisar essas mesmas problemáticas desse ramo da classe trabalhadora no centro comercial da cidade de Maceió, estado de Alagoas.

Essa empreitada deve-se ao fato de que, ao refletir acerca nossas referências teóricas, entendemos que essas nuances que afligem a classe trabalhadora — decorrentes do processo de reestruturação produtiva — não é um fenômeno circunscrito a determinadas regiões do Brasil. Uma vez que o processo de mundialização do capital, reiterando as análises de Chesnais (1996), é uma totalidade que se encontra direcionada a todas as possibilidades de expansão que o processo de acumulação do capital pretende abarcar.

Nessa linha de raciocínio, nossas perspectivas teóricas não consideram um estranhamento a existência dos mesmos conflitos que decorrem da ocupação de espaços público pelos vendedores ambulantes em um estado, acontecer também em vários estados brasileiros. Dessa forma, considerando, obviamente, que cada espaço geográfico e formação social carrega suas particularidades e especificidades, procuramos nesse trabalho analisar o que há de comum nesses problemas, qual a natureza desses conflitos que, não raras vezes, resultam do choque de interesses dos vendedores ambulantes, com os dos lojistas dos grandes centros urbanos e os da prefeitura da cidade.

Nesse sentido, perseguindo o objetivo central dessa análise, a saber, evidenciar qual a natureza dos conflitos existentes entre os vendedores ambulantes, os lojistas e a prefeitura de Maceió, realizamos uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, acerca de como se constitui os vendedores ambulantes no centro de Maceió, principalmente no que diz respeito aos seus reais interesses, os quais chocam-se com os dos lojistas e da prefeitura de Maceió. Em suma, a proposta foi situar esses sujeitos históricos dentro da análise dialética marxista, na qual eles representam os interesses particulares de uma classe, a qual, embora no caso dos primeiros se veja fragmentada enquanto grupo organizado politicamente, podemos perceber os conflitos que surge dessa relação.

Dessa forma, revelou-se necessário perscrutar a natureza desses conflitos que residem nesse choque de interesses, dentro da totalidade das transformações e metamorfoses da acumulação capitalista frente às suas crises cíclicas. As quais alteram substancialmente os modos de inserção da classe trabalhadora nesse processo, fragmentando-a, flexibilizando-a, subproletarizando-a, e alienando-a, de tal forma que os conflitos que deveriam se estender no horizonte, entre os interesses da classe trabalhadora e a classe burguesa, estabeleceu-se entre a própria classe trabalhadora, visando ainda mais separá-la de seus reais objetivos históricos de emancipação.

Desta forma, dividimos nosso trabalho da seguinte forma:

Seção 1 (introdução) – neste buscamos, efetivamente, trazer uma primeira abordagem de cunho teórico crítico que tem por intuito situar o nosso objeto de estudo dentro desse complexo de transformações do mundo do capital e do trabalho desde o último quartel do século XX. Em que a conformação dessa massa de vendedores ambulantes é compreendida sobretudo pela discussão mais ampla no que tange ao processo de *mundialização do capital*, sob a égide do capital financeiro que, por sua natureza de cunho neoliberal, dentro do contexto de crises da década de 70 e 80, impulsiona o desenvolvimento de transformações nos sistemas de produção fordista/taylorista para o toyotista, buscando superar tais crises. Provocando, assim, uma série de metamorfoses nas relações de produção e trabalhistas tradicionais, degradando, flexibilizando e tornando cada vez mais supérflua a *classe-que-vive-do-trabalho*.

Seção 2 – Neste segundo momento, temos por objetivo aprofundarmo-nos um pouco na discussão acima, trazendo mais elementos analíticos para compreender esse contexto mais amplo da nossa problemática. Assim, buscaremos melhor entender a inserção, as contribuições, limitações e as condições da derrocada dos sistemas de produção fordista/taylorista no panorama das *décadas de ouro do capital*. Feito essa análise, passamos a compreender a passagem, a complementação desse sistema ao toyotismo, como forma de combater os efeitos limitantes e contraprodutivos do antigo sistema, dentro do espectro de crises políticas e econômicas, *décadas de crise* do capital. Feito isso, realizaremos o processo de interpretar as consequências das metamorfoses nas relações de produção e trabalho, em estreita correlação com o entendimento das transformações de cunho político neoliberal para a classe trabalhadora nos países desenvolvidos e, de forma pontual, no Brasil.

Seção 3 – Em decorrência da discussão acima, adentraremos no contexto específico da problemática sobre a qual se situa nosso objeto, a saber, o processo de expansão da informalidade. Entenderemos como esse processo — fruto dos desdobramentos das crises do capital vistas acima — constrói esse cenário que se apresenta como uma alternativa de sobrevivência à massa de trabalhadores que se encontram fora do ramo formal de trabalho. Um ramo que participa do processo de realização da *mais-valia* por meio da circulação da mercadoria, e composto por uma multiplicidade de perfis de trabalhadores, dentre os quais, vendedores em geral, trabalhadores autônomos, cooperativas, ambulantes, camelôs dos mais variados padrões econômicos e sociais. Além de preocuparmo-nos em situá-los dentro da teoria marxiana da lei geral da acumulação, que nos permite compreender como o sistema capitalista se estrutura visando sempre a contínua extração de *mais-valia*, pela crescente produtividade a partir do aumento da composição orgânica do capital, tornando redundante e supérflua a *classe-que-vive-do-trabalho*.

Seção 4 – Por fim, estruturamos essa última seção tendo em vista a possibilidade de compreendermos de forma mais situada determinados desdobramentos históricos desse nosso objeto. Tendo por base a análise das matérias de jornais à luz das contribuições de teóricos da geografia urbana crítica, sobre os usos e a produção dos espaços públicos, diferenças, conflitos e interesses políticos que subjazem no entendimento do que é espaço “público” e espaço “privado”, e na limitação de acesso aos chamados “pontos” no que tange aos vendedores ambulantes. Isso no contexto das políticas de revitalização promovidas pelo poder público nas grandes cidades e crescimento do comércio informal nos centros urbanos. Assim, constitui-se um momento em que podemos averiguar determinados cenários que apontam para uma certa corroboração de determinados elementos que discutimos acima, ao analisar nosso objeto no âmbito da teoria marxiana, principalmente no que diz respeito aos conflitos entre as classes.

2 CRISES CÍCLICAS DO CAPITAL E O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Durante a segunda revolução industrial observamos a eclosão de um modelo econômico que no pós-guerra passou a ser implementado nos mais importantes países do mundo capitalista. Esse é o modelo econômico de acumulação capitalista estruturada sob a égide dos processos de trabalho denominados “tayloristas” e “fordistas”. O primeiro, sendo um método de gerência e organização do trabalho; e o segundo, um modelo que entendia que o melhor desenvolvimento do capitalismo dar-se-ia por meio da implementação de esteiras rolantes nas indústrias automobilísticas, sob o pressuposto de jornadas de trabalho de oito horas, pagamento de cinco dólares por dia de trabalho, que visava estimular o trabalhador à labuta por meio da possibilidade de consumo de produtos das indústrias (BRAVERMAN, 1977).

Nesse sentido, sendo o taylorismo um modo de organização do trabalho, complementou-se com o fordismo, visando aumentar a produtividade. Segundo Gounet (2002), esse modelo se caracteriza por: 1) produção em massa, mediante a racionalização das operações efetuadas pelos operários e o combate ao desperdício ; 2) Parcelamento das tarefas aos moldes tayloristas; 3) Criação de uma esteira rolante desfila, para os operários realizarem suas tarefas produtivas lado a lado; 4) Padronização das peças para reduzir o trabalho do operário a alguns gestos simples e evitar o desperdício de adaptação do componente do automóvel; 5)Automatização das fábricas.

Nessa linha de raciocínio, refletindo sobre a implantação e sucesso desse modelo nos Estados Unidos, Gramsci (1974, p. 144) concebe que só se deu em virtude de algumas condições preliminares:

[...] já racionalizadas pelo processo histórico, foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição dos sindicatos) com a persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilidosíssima), e conseguindo deslocar sobre o eixo da produção toda a vida do país.

Esse modelo hegemônico do pós-guerra realmente se inclinou para a construção de uma nova sociedade. No período que Hobsbawn (1995) denomina de “Era de ouro do capitalismo”, proporcionou um massivo crescimento e prosperidade econômica, permitindo a retomada da acumulação/reprodução do capital e expandindo, por sua vez, o processo de expansão industrial para países periféricos como Brasil, Índia e Argentina. Por conseguinte, participou da edificação nos países desenvolvidos do sistema econômico cunhado de *Welfare State*¹. O qual se estrutura, fundamentalmente, por meio de uma certa aliança entre classes, de uma nova relação capital/trabalho, permeada pelo estabelecimento de políticas sociais compensatórias e de “pleno-emprego”. Contexto esse que leva Pochmann (1999) a conceber algumas implicações: mercado de trabalho menos heterogêneo, pouca diferenciação salarial, baixo desemprego e maior estabilidade nos contratos de trabalho.

Passados anos nesse crescimento de elevado patamar econômico, todavia, esse modelo de organização e de produção capitalista, em meados de 1970, começa a ruir. Devido, segundo Bihr (1999), a quatro fatores principais.

- 1) Diminuição dos ganhos de produtividade, decorrentes de limitações técnicas e sociais dos métodos tayloristas e fordistas. Efetivamente, quando tentava-se levar até as últimas consequências os métodos fordistas e tayloristas, vislumbra-se um processo contrário a lógica de produtividade, na medida que sem flexibilidade de trabalho, tornava-se contraprodutivos. Quando se insistia na utilização dos mesmos métodos visando maior produtividade e, por sua vez, maior lucratividade os trabalhadores eram os mais prejudicados, impulsionando uma série de revoltas, vistas no aumento do absenteísmo, do *turn-over*², da dilapidação, da sabotagem, greves (BIHR, 1999).
- 2) Elevação da composição orgânica do capital: os ganhos constantes de produtividade resultam no aumento da composição técnica do capital ou da relação entre trabalho morto e da mobilização do trabalho vivo engendrado pelo mesmo. Assim compreendendo que todas as variáveis permaneçam iguais, tem-se “um aumento do

¹ Sistema econômico baseado na intervenção do Estado na economia, visando garantir padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos.

² Taxa de rotatividade da empresa, calculada sobre o número de admissões e demissões em um determinado período do ano em relação ao número total de funcionários da empresa (BIHR, 1999).

capital fixo em relação ao capital circulante e, portanto, uma diminuição da rotação do capital, dois fatores que diminuem inevitavelmente a taxa de lucro” (BIHR, 1999, p. 70).

- 3) Esgotamento da norma social de consumo, entre as décadas de 1960 e 1970, em virtude do deslocamento das práticas de consumo privado de certo número de bens duráveis, como automóveis, residências e eletrodomésticos, para o conjunto de equipamentos e serviços coletivos, tendo como corolário o aumento dos gastos públicos e da assistência social, juntamente com a expansão dos recolhimentos obrigatórios para financiar tais gastos.
- 4) Desenvolvimento do trabalho improdutivo, do trabalho que garantia a circulação do capital (gestão, comercialização, bancos e seguros) ou o conjunto das condições sociais, institucionais e ideológicas da reprodução do capital (principalmente concentrado nos aparelhos de Estado).

Tratou-se, efetivamente, de uma crise estrutural manifestando-se de várias formas, Duménil e Lévy (2004, p. 15), sintetizam os fatores mais importantes: “baixo investimento e fraco crescimento, desemprego, inflação, redução no ritmo do progresso técnico, lentidão da progressão do salário, diminuição da rentabilidade do capital”.

Buscando aprofundar um pouco a discussão, percebemos que o espectro político teve muita influência nesse resultado histórico. Haja vista que observamos nessa época um acontecimento marcante, a guerra do Vietnã, a qual direcionou os Estados Unidos a uma crise militar e de certa legitimidade mundial. Especificamente, Arrighi (1994, p. 334) entende que:

O preço do petróleo já havia começado a subir antes do “choque” de 1973. Mas foi o virtual reconhecimento da derrota do Vietnã pelo governo norte-americano, imediatamente seguido pelo abalo ao mito da invencibilidade israelense durante a Guerra do Yom Kippur, que instigou a OPEP a proteger eficazmente seus membros da depreciação do dólar e a impor ao Primeiro Mundo um desembolso substancial em troca do petróleo. Combinada com a explosão de salários anterior, a explosão do preço dos petróleos forçou as empresas do Primeiro Mundo a competirem, com intensidade ainda maior do que vinham fazendo, pela oferta de mão-de-obra e energia do Terceiro Mundo, sob a forma de preço reais mais elevados do petróleo cru e de outras matérias primas.

Nesse sentido a figura de “vigilante do mundo” que se tornou a faceta dos Estados Unidos, pós-guerra fria; começou, não obstante, a apresentar uma certa fragilização. Além disso, percebemos o quanto isso afetou momentaneamente o “coração” do capitalismo

americano, à medida que fora prejudicado massivamente nos processos de competição intercapitalista, entendendo que baixa rentabilidade do capital é consequência direta de escassos lucros (ARRIGHI, 1994).

2.1 A degradação da classe-que-vive-do-trabalho na era da acumulação flexível

Como forma de combater os efeitos desse fenômeno, a lógica de acumulação do capital passou por profundas mudanças, as quais alteraram tanto a *materialidade* quanto a *subjetividade* da classe operária (ANTUNES, 2006). O modo de produção fordista-taylorista, agora, mesclou-se com outras formas alternativas de produção de mercadorias, das quais o “Toyotismo” da empresa Japonesa Toyota, que detém em seus traços básicos o princípio do *just-in-time*³, da produção sob demanda, trabalho em equipe; apresentou-se, pois, enquanto mais adequada à nova lógica produtiva.

Desta forma, o movimento do universo produtivo encaminhou-se para um processo de reestruturação produtiva, que o geógrafo britânico, David Harvey (2004), melhor conceitua como era da *acumulação flexível*, isto é, a contraposição à rigidez do fordismo, mediante o enxugamento de grandes parques industriais fabris, pela flexibilização em massa da produção e da precarização dos direitos trabalhistas adquiridos no período do *Welfare State*.

Com efeito, paralelamente a isso, como o Toyotismo se insere num cenário histórico-mundial de profundo desenvolvimento da terceira revolução industrial; a automação, a robótica, as microeletrônicas passam a ocupar, pois, posição central nesse universo produtor de valores de trocas. Gerando como resultado aquilo que Antunes (2006) conceitua como *dupla processualidade contraditória*, que se representa no fato de observarmos, por um lado, a assimilação de uma pequena porção de trabalhadores altamente intelectualizados, informatizados, qualificados, polivalentes e multifuncionais nas indústrias diretamente produtivas toyotas, e do outro lado, entretanto, uma massa monumental de desempregados ou, em termos marxianos, a criação de um imenso *exército industrial de reserva*, que, por serem forças de trabalho remanescentes do fordismo/taylorismo, e, assim, especializadas e em grande medida desqualificados, irão ocupar os postos de trabalho do “setor terciário”, no amplamente denominado, “setor de serviços” (ANTUNES; ALVES, 2004; MARX, 2013).

³ O sistema *Just in time* (JIT) é uma técnica japonesa criada por Taiichi Ono, na Toyota Motor Company, que significa produzir no tempo certo de atender as necessidades de produção, ou seja, colocar o componente certo, no lugar certo e na hora certa de produzir. Assim, baseia-se na ideia de que nenhum produto deve ser produzido, transportado ou até mesmo comprado antes do tempo certo.

Dessa forma, *flexibilização produtiva* e *acumulação flexível* são dois conceitos que buscam representar as metamorfoses sentidas no universo do trabalho que, por sua vez, provocam danos na materialidade e na subjetividade da classe-que-vive-do-trabalho, compreendendo essa, pois, como a totalidade dos homens e mulheres produtivos e improdutivos que uma vez separados de seus meios de produção se insere, hoje, numa relação de *subsunção real* ao capital na medida que vende sua força de trabalho em troca de salário para a sua reprodução (MARX, 1978).

2.2 O processo de reestruturação produtiva no Brasil

Seguindo a tendência internacional, o Brasil passa em meados de 1980, a aderir ao processo de reestruturação produtiva. Mesmo com certa estagnação no setor produtivo, intensidade inflacionária e do protecionismo de mercado, o “toyotismo” começa a se instalar no país. Desenvolve-se, desta forma, novos modos de organização e produção do trabalho, atrelado a inovações tecnológicas (BATISTA, 2011).

Houve mudanças tanto na subjetividade da classe trabalhadora, quanto na objetividade dos processos de trabalho e produção. Especificamente, ocorreu a substituição de equipamentos de base eletromecânica por microeletrônicos, ditando alterações nos processos de trabalho, já que se constituem como processos de inovações organizacionais, segundo os princípios e nexos organizacionais do “espírito” do toyotismo (BATISTA, 2011). Foi, efetivamente, um processo que muitas empresas apresentaram dificuldades de implantá-lo, à medida que tinham que reduzir os custos e promover uma inovação tecnológica concentrada e parcial, adiando investimentos em ações. Assim, Mattoso e Pochmann (1998) concebem que isso se deu por conta de sérios problemas de matriz econômica brasileira, tais como instabilidade monetária, oscilação e estagnação do nível de atividade, constrangimentos, em virtude da necessidade de geração de elevados saldos na balança comercial e proteção contra a concorrência externa.

Nesse sentido, não foi possível implantar no Brasil um toyotismo aos moldes dos países desenvolvidos economicamente. Sendo implantado, desta forma, um modelo de produção e organização de acumulação capitalista um tanto restrito. Além disso, por não se tratar de um fenômeno natural, quando caminhamos na discussão percebemos que o país sofria as consequências da instabilidade macroeconômica em virtude da hiperinflação, as quais o impulsionaram a adotar certas regras do Fundo Monetário Internacional – FMI. Tendo como produto uma longa recessão que contraiu o mercado interno e incentivou as exportações. Foram, em rigor, massivas e expressivas problemáticas macroeconômicas que provocaram um primeiro

choque de competitividade, a qual obrigou grandes empresas, destacando as automobilísticas, a adotarem, mesmo nessas limitações, novos padrões organizacionais-tecnológicos (ALVES, 2000).

Em contrapartida, observamos em 1980 um fenômeno que auxiliou diretamente o sucesso da implantação desse modelo no Brasil, a saber, a intervenção estatal na economia sobre o pressuposto de estimular a produtividade e competitividade do país mediante adoção de incentivos à modernização tecnológica e organizacional. Observado diretamente na criação e fomento de programas voltados para a produtividade e competitividade (BATISTA, 2011). A ideia é que esse processo não se encontra em contradição com os princípios do neoliberalismo, mas em conformidade, à medida que observamos continuamente a concepção neoliberal se tornando hegemônica nas corporações e nas organizações estatais. O que leva Harvey (2005, p. 79) a entender que esse fenômeno “produz fortes tendências independentes de mudança tecnológica que podem se tornar desestabilizadoras quando contraproducentes”.

Ainda sobre esse processo de implantação de inovações tecnológicas, o mesmo autor tece algumas considerações. Para ele, existe “um vínculo constitutivo entre dinamismo tecnológico, instabilidade, dissolução de solidariedades sociais, degradação ambiental, desindustrialização, aceleradas mudanças das relações espaço-tempo, bolhas especulativas e a tendência geral de formação de crises no capitalismo” (ibidem, p. 79).

Nessa linha de raciocínio, na década de 90, cria-se o Programa Brasileiro da Qualidade e da produtividade (PBQP), justamente para ampliar a todo o país, a lógica intrínseca ao Toyotismo. Segundo Batista (2011), conceitos como *just-in-time*, *kanban*, controle de qualidade total, *kaizen*, começam a serem incorporados no âmbito acadêmico, empresarial e sindical. Sem contar os expressivos jargões advindos da globalização, como sociedade do conhecimento, sociedade da informação, flexibilidade, integração, trabalho enriquecido, competência, empregabilidade, produtividade, competitividade, então termos ideológicos pós-modernos.

É nesse sentido que observamos nessa mesma década um súbito crescimento econômico no Brasil em virtude dessas políticas neoliberais amparadas no processo de reestruturação produtiva promovidas por grupos monopolistas. Em rigor, isso começa já começa a representar o processo de inserção passiva do país à economia internacional. A qual desencadeou, inexoravelmente, desdobramentos políticos, vistos na concretização da ideologia do “Estado mínimo”, ou seja, a ausência de uma participação ativa do Estado na economia. Nisso, privatizações, desregulamentações, liberalização da economia brasileira e a submissão do poder

estatal a organismos multilaterais como FMI, BIRD⁴ e BID⁵, tornaram-se processos esperados, dentro do que se configurou como “Consenso de Washington”. Assim, dentro desse rol de transformações e inovações no setor produtivo, Mattoso e Pochmann (1998, p. 224) salientam que “ocorreu uma desarticulação de parte significativa das cadeias produtivas e uma ampliação do grau de heterogeneidade no interior da economia nacional”.

Assim, segundo os autores acima, a crescente internacionalização da economia, embora tivesse provocado um incremento na economia produtiva do país, não proporcionou a ampliação dos parques produtivos. A ideia principal é que a política de abertura comercial e a desregulamentação financeira, levaram à quebra e o enfraquecimento de bancos e empresas que não conseguiram lograr êxito nesse patamar mundial de competitividade. Desencadeando, inexoravelmente, o processo de absorção de grandes grupos econômicos nacionais aos estrangeiros (MATTOSO; POCHMANN, 1998).

Um exemplo histórico político de tentativa de reversão desse quadro foi o “Plano Real”⁶ iniciado no governo de Itamar Franco, e que rendeu, posteriormente, dois mandatos presidenciais à Fernando Henrique Cardo (FHC), antes Ministro da Fazenda. Estimulando a entrada de dólares no país e sobrevalorizando a moeda nacional, criou-se uma situação artificial de valorização da moeda brasileira (CORSI, 1999). Evidentemente, provocou inicialmente e de modo prático, uma série de impactos positivos, como o crescimento da economia, em 1994 e 1995, aumento na taxa de investimentos, crescimento dos salários e do poder de compra dos trabalhadores. Todavia, em curto espaço de tempo, o Plano Real demonstrou suas fragilidades e nuances frente ao aumento da dívida interna e externa. Segundo Corsi (1999, p. 18) isso se deu em decorrência da “crise do México, em fevereiro de 1995, que mostrou as debilidades dos planos de estabilização baseados em âncoras cambiais, sujeitos a profundos desequilíbrios externos, fruto, principalmente, do incremento das importações e do declínio das exportações”.

⁴ O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD é uma instituição ligada à ONU com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social. Com o fim da Segunda Guerra, novas medidas foram tomadas para que impossibilitasse o surgimento de um novo conflito, o que poderia ser ainda pior por causa da evolução da capacidade de destruição dos armamentos. Foram criadas instituições com o intuito de promover a paz mundial e afastar as ocorrências de guerras. O BIRD tinha como objetivo inicial auxiliar na reconstrução dos países europeus, os quais ficaram destruídos economicamente e socialmente.

⁵ O Banco Interamericano de Desenvolvimento ou BID é uma organização financeira internacional com sede na cidade de Washington, Estados Unidos, e criada em 1959 com o propósito de financiar projetos viáveis de desenvolvimento econômico, social e institucional e promover a integração comercial regional na área da América Latina e o Caribe.

⁶ O programa foi a mais ampla medida econômica já realizada no Brasil e tinha como objetivo principal, o controle da hiperinflação que assolava o país. Utilizou-se de diversos instrumentos econômicos e políticos para a redução da inflação que chegou a 46,58% ao mês em junho de 1994, época do lançamento da nova moeda. A idealização do projeto, a elaboração das medidas do governo e a execução das reformas econômica e monetária contaram com a contribuição de vários economistas, reunidos pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso.

Em termos de dados, se antes, em 1994, tínhamos apresentado um superávit de cerca de 10 bilhões de dólares, posteriormente, em 1995, encontramos-nos numa situação declinante de um déficit de 3,35 bilhões de dólares, tendo cifras de 8, 37 bilhões de dólares e 6,437 bilhões de dólares em 1997 e 1998, respectivamente (CORSI, 1999).

Desta forma, tivemos nesse contexto os desdobramentos de processos já iniciados em âmbito internacional em relação aqueles países que aderiram ao receituário neoliberal do FMI, BIRD e BID, dentro dos ditames da reestruturação produtiva ou adotando o termo do geógrafo marxista David Harvey, acumulação flexível, colocando-os, assim, na contramão do crescimento econômico. Destrinchando esses movimentos, houvera o desencadeamento do processo de estrutural de desemprego em massa e redução do emprego formal, seguido da evolução do trabalho precário, parcial e temporário. Segundo Batista (2011) a reestruturação produtiva promoveu a redução de 2,5 milhões de empregos nos principais setores da economia brasileira, garantindo ganhos de produtividade, ao passo que a produção cresceu apenas 2,2% em média. Revelando, neste ínterim, o quanto o país não demonstrou capacidade para gerar emprego e renda, uma vez que a taxa de desemprego, mesmo com certa recuperação econômica, não retornou ao patamar vigente antes da recessão da década de 80, tendo em aberto uma taxa de desemprego de 8% (CORSI, 1999).

Assim, toda essa atmosfera abriu aos horizontes da contemporaneidade no que diz respeito ao modo como a *classe-que-vive-do-trabalho* se confrontará perante o trabalho, novas transformações e metamorfoses que impulsionaram consequências tanto na sua objetividade, quanto na sua subjetividade. Das quais, a informalidade se destaca com sendo aquela alternativa de sobrevivência que a classe que trabalha necessitará para se manter dentro desse novo processo de acumulação capitalista de matriz toyotista, impulsionado pela nefasta ascendência da mundialização do capital financeiro.

3 A INFORMALIDADE NO BRASIL COMO FORMA DE SOBREVIVÊNCIA: Desemprego e exclusão social na era da acumulação flexível.

Conforme a discussão apresentada na seção anterior, observamos como Brasil, insere-se de forma passiva nesse rol de processos de “modernização” neoliberal de matriz Toyotista, em consonância com propostas de grupos internacionais como FMI, BIRD e BID, visto nos processos de abertura comercial e financeira sem precedentes. Posteriormente, como ele adotou ações de estabilização da sua moeda nacional e provocou reformas amplas que geraram recessão. Além da degradação do mercado de trabalho nacional que desencadeou, por sua vez,

altas taxas de desemprego durante a década de 1990. É nessa conjuntura que a informalidade no mundo do trabalho, frente ao contexto de deterioração e precarização das relações de trabalho, começou a se tornar um fenômeno central.

Segundo Tavares (2004) a concepção é que encontramos na informalidade tanto atividades de caráter individual ou familiar, quanto formas de sobrevivências similares às formas de trabalho formal tradicional, as quais participam diretamente do processo de acumulação capitalista. A diferença se revela, a rigor, que no primeiro observamos uma degradação ainda maior na objetividade e subjetividade da classe trabalhadora, à medida que se veem submetidos a processos de terceirização, ausência de direitos trabalhistas, em uma relação de assalariamento disfarçado.

Trata-se de um ramo que participa do processo de realização da mercadoria, em que há uma multiplicidade de sujeitos participantes, dentre os quais, vendedores em geral, trabalhadores autônomos, cooperativas e pequenas empresas, dos mais variados padrões econômicos e sociais (TAVARES, 2004).

O ganho financeiro também não se revela como um fator de classificação se determinado sujeito histórico participa ou não do ramo informal, uma vez que percebemos, por um lado, tanto processos de trabalho conexos a serviços mais qualificados, os quais proporcionam um retorno financeiro que pode extrapolar os observados no mercado formal, quanto, por outro lado, atividades mais instáveis, que já promovem pouco retorno financeiro (CACCIAMALI, 1983).

De toda forma, a perspectiva que seguimos em relação ao modo como se organiza o ramo informal se ampara nas reflexões de Tavares (2004), ao entender que não existe na realidade prática, dentro do sistema de processos de produção capitalista, um chamado “setor informal”, conforme a OIT⁷ classifica. Na medida em que essa concepção transmite a ideia de que a informalidade se delinea enquanto um “mundo à parte” da produção capitalista. O que, segundo mesma autora, se vê uma tese equivocada vista até no processo de expansão desse ramo.

Nessa linha de raciocínio, ao invés de ser um setor restrito e à parte do processo de valorização do capital, compreendemos que se trata de um ramo que funciona como parte intersticial da acumulação capitalista. É, nesse sentido, o desdobramento do que Souza (1999)

⁷ Fundada em 1919 para promover a justiça social, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a única agência das Nações Unidas que tem estrutura tripartite, na qual representantes de governos, de organizações de empregadores e de trabalhadores de 187 Estados-membros participam em situação de igualdade das diversas instâncias da Organização.

denomina de “teoria da subordinação”, o qual salienta que cada vez mais o capitalista busca formas de precarizar os salários dos trabalhadores, flexibilizando processos de trabalho e produção por meio da terceirização.

Destarte, o pressuposto é que os modos de trabalho formal e informal se unem e se complementam para a realização da mais valia contida na mercadoria e conseqüente valorização do capital. À medida que até os próprios trabalhadores informais, isto é, sem vínculos empregatícios formais, podem além de realizar trocas mercantis em seu trabalho, tornara-se consumidor do próprio sistema capitalista, dando naturalmente seguimento ao processo de produção e consumo (OLIVEIRA, 2009).

Outrossim, esse próprio informal segundo Cunha (2009) além de permitir às camadas mais pobres da sociedade terem acesso ao consumo, também desempenha uma importante função “absorvedora de choques” no mercado de trabalho. Na medida que esse ramo de comércio informal vem “incorporando mão-de-obra masculina, adultos em idade produtiva, jovens com baixa escolaridade e sem experiência profissional, como também, trabalhadores mais velhos com baixa escolaridade e com problemas de saúde” (Ibidem, p. 84). Sem contar o alto contingente de mão de obra feminina, conforme nos demonstra Araújo e Lombardi (2013).

Por conseguinte, quando caminhamos nas análises de Pochmann (2002), ele reitera a questão da dificuldade de encontrar elementos específicos para delimitar quais sujeitos participam desse ramo da economia e as conseqüências desse fenômeno. Uma vez que aspectos como faixa etária, gênero, escolaridade, e profissão não nos dão margem para averiguar se o indivíduo tende ou não ao trabalho informal. Assim, compreende que uma das causas dessa problemática é:

O baixo dinamismo na criação de empregos regulares e a insuficiência das políticas públicas deixam sem alternativas de sobrevivência digna parte crescente da oferta de mão-de-obra, que tende a se situar, invariavelmente, nas situações de desemprego aberto, de ocupações autônomas e demais formas precárias de subemprego (desemprego disfarçado) (POCHMANN, p. 147).

Um exemplo dessas relações, são os contratos temporários. Em que os sujeitos históricos que vivem-do-trabalho, se veem impelidos a labutar sem nenhuma garantia constitucional, sem perspectiva de estabelecer uma média do que ganharão no final do mês. O

que os levam a não poderem também estabelecerem financiamento a médio e longo prazo, como um projeto de vida, financiamento de imóvel, veículo, ou algum empreendimento.

É uma realidade que para Ricardo Antunes (2018) em sua célebre obra *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*, considera que essa instabilidade e insegurança são traços constitutivos dessas novas modalidades de trabalho da era da acumulação flexível. Nesse sentido, ele destaca experiências internacionais que serviram de exemplo mundial para andamento desse processo. O mais fundamental contexto é a experiência britânica do *zero hour contract* (contrato de zero hora). Processos de trabalho sem contrato, sem previsibilidade de horas a cumprir e nem direitos assegurados. Trabalham, desta forma, sob demanda e precisam estarem sempre *online* e disponíveis para o trabalho intermitente. E dentro de uma atmosfera em que cresce o desenvolvimento das tecnologias técnico-informacionais em concomitância com as chamadas TICs⁸, as corporações internacionais junto com grandes bancos nessa era da hegemonia do capital financeiro, participam diretamente do processo de expansão da *uberização*⁹ e *pejotização*¹⁰. Constituindo-se, assim, um dos principais meios de precarização, subproletarização e heterogeneização da classe-que-trabalha; inserindo-as, por sua vez, no conceito que ele concebe enquanto *escravos digitais*.

3.1 O COMÉRCIO INFORMAL NA LEI DO VALOR: Análise da Lei Geral da Acumulação Capitalista

Nesse sentido, é inevitável que essa questão analisada encontre melhores considerações analíticas nos pressupostos teóricos marxianos acerca do processo contínuo, sistemático e estrutural da constituição do chamado exército industrial de reserva ou superpopulação relativa, desenvolvida no capítulo 23 do livro primeiro de *O capital* de Karl Marx. A preocupação de Marx nesse livro primeiro consiste, grosso modo, em demonstrar de forma analítica as leis

⁸ Tecnologias da informação e comunicação (TICs) é uma expressão que se refere ao papel da comunicação (seja por fios, cabos, ou sem fio) na moderna tecnologia da informação. Entende-se que TIC consistem em todos os meios técnicos usados para tratar a informação e auxiliar na comunicação, o que inclui o hardware de computadores, rede, telemóveis. Em outras palavras, TIC consistem em TI bem como quaisquer formas de transmissão de informações e correspondem a todas as tecnologias que interferem e medeiam os processos informacionais e comunicativos dos seres.

⁹ Modalidade de trabalho onde há exploração da mão de obra, por parte de poucas e grandes empresas que concentram o mercado mundial dos aplicativos e plataformas digitais, que tem como principal característica, a ausência de qualquer tipo de responsabilidade ou obrigação em relação aos “parceiros cadastrados”, como são chamados os prestadores de serviços.

¹⁰ Trata-se de referência à pessoa jurídica (PJ), que é falsamente apresentada como “trabalho autônomo” visando mascarar relações de assalariamento efetivamente existentes e, desse modo, burlar direitos trabalhistas. (ANTUNES, 2018).

gerais do desenvolvimento capitalista. Para citarmos aquelas que são mais fundamentais do ponto de vista de poder apreender o caráter expansivo da acumulação do capital, temos, pois: 1) a tendência à concentração do capital 2) tendência à centralização do capital 3) tendência ao aumento da composição do capital.

Nessa linha de raciocínio, a primeira tendência diz respeito a busca incessante de acumulação pelo capital. É, efetivamente, um direcionamento para sua reprodução cada vez mais ampliada, reaplicando a mais-valia de cada fim de ciclo, num novo ciclo de produção. À medida que observamos de forma prática a concentração crescente dos meios de produção e do controle sobre o trabalho na posse de capitalistas individuais. Nesse sentido, em rigor, quando analisamos o processo cíclico que instaura o modo de produção capitalista, D-M-D, iniciando com uma quantia de capital (dinheiro), transformando-o em mercadoria em busca da sua valorização, tendo como produto a mesma quantia mais um acréscimo de capital que chamamos de mais-valia; o raciocínio é, portanto, que uma vez acumulada a mais-valia, ampliam-se as bases para a produção de mais mais-valia, de modo que, ao fim de cada ciclo, fica evidente a possibilidade de seu recomeço em escala ampliada. Conforme Marx (2013, p. 296) melhor sintetiza: “A circulação do dinheiro como capital é, ao contrário, um fim em si mesmo, pois a valorização do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado. O movimento do capital é, por isso, desmedido”.

Já num segundo momento, observamos a presença da segunda tendência apresentada por Marx, a saber, a tendência à centralização do capital. Nesse sentido, trata-se de uma tendência que explica o crescimento dos capitais individuais, à medida que realizam o processo de centralização do comando. Nos escritos Marx (2013, p. 851):

Essa já não é a concentração simples, idêntica à acumulação, de meios de produção e de comando sobre o trabalho. É concentração de capitais já constituídos, supressão [*Aufhebung*] de sua independência individual, expropriação de capitalista por capitalista, conversão de muitos capitais menores em poucos capitais maiores. Esse processo se distingue do primeiro pelo fato de pressupor apenas a repartição alterada dos capitais já existentes e em funcionamento, sem que, portanto, seu terreno de ação esteja limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. Se aqui o capital cresce nas mãos de um homem até atingir grandes massas, é porque acolá ele se perde nas mãos de muitos outros homens. Trata-se da centralização propriamente dita, que se distingue da acumulação e da concentração (MARX, 2013, p. 851)

Assim, num terceiro momento, vemos o surgimento de uma tendência baseada no aumento da composição do capital. A qual possui extrema relevância para apreender a situação do nosso objeto de estudo na lei do valor. Trata-se, em rigor, de uma tendência que diferentemente das outras anteriores, direciona-se não para o tamanho do capital, mas para suas partes constitutivas. Nessa linha de raciocínio, o que Marx denomina de “composição técnica do capital”, é nada menos que a proporção em que o capital se divide em meios de produção e força de trabalho. Especificamente, as partes da composição do capital que se divide, por um lado, em constante (montante de capital adiantado em meios de produção) e, por outro lado, em variável (montante de capital adiantado em força de trabalho). Assim, a perspectiva é que a síntese dialética de ambas, produz a chamada composição orgânica do capital (MARX, 2013).

Desta forma, segundo Marx, partindo do pressuposto de que o sistema capitalista busca em sua essência a acumulação, sempre a maior extração de mais-valia; vemos, cada vez mais, uma motivação para um contínuo aumento da produtividade. Em que, visando a queda no valor unitário das mercadorias, ao mesmo tempo que contribui para o aumento da mais-valia relativa; a tendência ao aumento da composição do capital mencionada anteriormente, traduz-se em aumento do capital constante em relação ao capital variável. Em outros termos, aumento na quantidade de meios de produção que a força de trabalho é capaz de pôr em movimento, ou ainda, substituição de trabalho vivo por trabalho objetivado.

É de fundamental importância destacar que a combinação dessas três tendências apresentadas, demonstra a dinâmica que representa a acumulação capitalista. Quando estamos em período de relativa estabilidade técnica, a acumulação capitalista tende a absorver mais trabalhadores, subordinando-os à sua lógica, ampliando extensivamente seu raio de atuação. Em outro contexto, o capital percebendo que é possível se expandir cada vez mais em termos de acumulação e extração de mais-valia, pelo contínuo aumento da produtividade, a alavanca da acumulação se volta para o crescimento da parte constante dentro da composição orgânica do capital. Assim, “uma vez dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, no curso da acumulação, chega-se sempre a um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se converte na mais poderosa alavanca da acumulação” (MARX, 2013, p. 845). Isso se justifica do ponto de vista do capital, pelo fato de que assim não ficará limitado à quantidade de horas de labor da força que trabalha, bem como também da limitação da quantidade da parte variável imediatamente disponível.

Desta forma, o resultado é vislumbrarmos uma atmosfera nefasta para a classe que trabalha. Uma vez que o capital se encaminha para um processo de acumulação que combina, por um lado, fases de acumulação predominantemente extensiva (acumulação com capital

constante) e, por outro, fases de acumulação predominantemente intensiva (acumulação com aumento da produtividade). Nessa linha de raciocínio, o capital tende a absorver continuamente trabalhadores para seus ramos produtivos (proletarização), para depois torna-los redundantes. Destarte, por mais que vislumbremos um contexto de aumento da demanda por trabalho em termos absolutos, como tendência, diminui em termos relativos, implicando a diminuição da participação do capital variável na totalidade do capital. Para Marx, “A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua” (MARX, 2013, p. 857). Produz, portanto, uma massa de desempregados do ponto de vista de trabalho formal, conhecidos como superpopulação relativa ou exército industrial de reserva.

Contudo, longe dessa massa de desempregados e subempregados, da qual participam os vendedores do comércio informal, ambulantes, camelôs e dentre outros, serem apenas um resultado dessa dinâmica de acumulação e valorização do capital, a ideia é que essa massa de “excluídos” é também um requisito objetivo para a manutenção do sistema de acumulação capitalista. Pois como afirma Souza (1984) Apud Dantas (2014, p. 189):

A história do capitalismo revela que ora o capital recria, ora estimula a reprodução de trabalhos não assalariados como recurso para sua ampliação. O seu objetivo principal é a produção de mercadorias e não necessariamente a reprodução do trabalho assalariado, embora seja esta a sua relação de trabalho ideal.

Assim, o capitalismo busca continuamente obter um controle sobre a classe trabalhadora, tanto do ponto do controle da sua ideologia e seu salário, quanto justamente pelo fato de que o capital pode crescer rapidamente e inesperadamente, necessitando de trabalhadores à disposição e em condições de trabalhar.

A expansão súbita e intermitente da escala de produção é o pressuposto de sua contração repentina; esta última, por sua vez, provoca uma nova expansão, a qual é impossível na ausência de material humano disponível, isto é, se o número dos trabalhadores não aumenta independentemente do crescimento absoluto da população. Ela é criada pelo simples processo que “libera” constantemente parte dos trabalhadores, por métodos que reduzem o número de trabalhadores ocupados em relação à produção aumentada. (MARX, 2013, p. 860).

Destarte, se o “processo de liberar continuamente parte dos trabalhadores” descrito acima, tão indispensável à produção de riqueza, é o mesmo responsável pela produção de pobreza, infere-se que o pauperismo é tão indispensável à acumulação quanto a própria produção de riqueza. É assim que, para Marx (2013, p. 877): “[...] a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital”. Desta forma, em síntese, na lei geral da acumulação capitalista, quanto mais se tem riqueza, maior é a pobreza gerada.

É evidentemente que, em termos de contextualização bibliográfica e histórica sobre o nosso objeto de estudo, essa tese marxiana suscitou reflexões teóricas de grande corrente interpretativa de base marxista sobre o problema do subdesenvolvimento na América Latina, em cujo vórtice está parcela significativa da população excluída da distribuição da riqueza. Só para captarmos algumas de suas ideias centrais, levando-se em conta os limites de nosso problema de pesquisa e os objetivos de um trabalho monográfico, essa corrente pensava o problema da não-integração da perspectiva das contradições do próprio modelo de acumulação capitalista consolidado sob a égide da industrialização: da perspectiva das contradições da estrutura de classe e das relações de poder.

Segundo Márcia Costa (2010), esse corpo teórico alternativo, sistematizado num conjunto de ideias construídas em torno da chamada “Teoria da Dependência”, concebia o subdesenvolvimento não como um estágio anterior do desenvolvimento, mas como produto de uma inserção subordinada e dependente dos países da região no sistema capitalista mundial. Uma subordinação que articula interesses de classe ou grupos específicos internos com os interesses de classe ou grupos do capital estrangeiro. O que a mesma autora concebe que foi justamente por essa lógica que desenvolvimentismo da política de substituição de importações foi capaz de gerar excedente econômico absorvido pelo exterior e pelas elites nacionais, mas que não foi absorvido internamente pelas massas da população (KOVARICK, 1975; OLIVEIRA, 2003; SILVA, 2003; THEODORO, 2004).

Nesse sentido, ainda se amparando em Marcia Costa (2010), a ideia é que a crítica fundamental dessa corrente às teses da modernização como marginalidade, a qual tem seu fundamento na lei geral da acumulação capitalista de Marx, evidencia que o problema da marginalidade e da informalidade, nas economias subdesenvolvidas, é resultado não de uma condição de inadequação de parte do sistema (o arcaico) a seu padrão normal de funcionamento (o moderno); ao contrário, é resultado de um modo de acumulação capitalista, estruturado sob

uma lógica de dominação das relações de produção, portanto de classe, que gera seu próprio excedente de trabalho. Trata-se, efetivamente, de um exército industrial de reserva que vai buscar seu meio de sobrevivência fora do domínio das relações capitalistas modernas. E embora existam muitas teses que negam esse pressuposto, vemos que na verdade é funcional e rentável àquele padrão de acumulação, posto que é fator de barateamento e disciplinamento da força de trabalho. Destarte, para Francisco de Oliveira (2003), a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado moderno cresce e se alimenta da existência do atrasado. Sendo o subdesenvolvimento, assim, o resultado de relações econômicas que têm como substrato a divisão internacional do trabalho e da produção (industrial e agrícola) no mercado mundial.

4 – CONFLITOS E NUANCES ENTRE OS LOJISTAS E VENDEDORES AMBULANTES DO CENTRO COMERCIAL DE MACEIÓ: Uma análise de sua natureza em consonância com papel mediador da prefeitura de Maceió.

Para a literatura mais ampla a definição de espaço público estrutura-se como sendo um *locus* de um determinado comportamento, de uma cultura pública, e que deve assegurar as normas que garantam os direitos e deveres individuais relacionados com o conjunto da sociedade. Parte-se do pressuposto de que “não pode haver cidadania sem democracia, não pode haver cidadania sem espaços públicos, e o espaço público não pode existir sem dimensão física” (GOMES, 2002, p. 168). Haja vista que, o espaço público também é um lugar de contradições, de problematização da vida social. Por um lado, ele é uma arena onde há debates e diálogos; por outro, é um lugar das inscrições e do reconhecimento do interesse público sobre determinadas dinâmicas e transformações da vida social.

De fato, para Cunha (2009) o espaço público não se refere apenas a um arranjo físico espacial de apropriação coletiva, com características próprias decorrentes de sua situação jurídica, urbanística e técnica, é também um espaço social que deve possibilitar determinadas práticas sociais, econômicas e políticas, em que ocorrem processos mais abrangentes em virtude de particularidades e singularidades existentes na sociedade. A “rua” como um dos principais espaços públicos, não é simplesmente um lugar de passagem e circulação, é também o lugar do encontro, do movimento, da mistura como teatro espontâneo.

Para Leite (2004), a política dos usos cotidianos e públicos, que demarcam diferenças e criam transgressões na paisagem urbana ao subverter usos esperados, constitui lugares que configuram e qualificam os espaços urbanos como públicos, na medida em que os tornam locais

de disputas práticas e simbólicas sobre o direito de estar na cidade, de ocupar seus espaços, de traçar itinerários, de pertencer, enfim, de ter identidade e lugar. Nesse caso, para o autor uma noção de espaço público requer, para qualificar como público, determinados espaços urbanos da vida contemporânea. Através do reconhecimento de que certas manifestações públicas não se estruturam em qualquer rua, mas apenas em certos espaços, os quais têm sentidos para os atores envolvidos. É neste contexto de situações e relações que os diferentes usos do solo urbano se intensificam, marcando o desenvolvimento de determinadas cidades. Assim, pois, não é mais possível “olhar” os centros urbanos, sem “enxergar” o trabalhador de rua nos espaços públicos.

É nesse contexto de discussão acerca dos conflitos imanente aos usos dos espaços e territorialidades, entendendo os espaços públicos como arena que subjaz conflitos e interesses políticos, econômicos e sociais, é onde se insere a problemática da ocupação do uso de espaços público pelos vendedores ambulantes no centro de Maceió.

Muito se veicula nos veículos de comunicação como TV Pajuçara, TV Gazeta, TV Ponta Verde - para citar os tradicionais meios de comunicações e imprensa da capital - que são dois, os principais fatores que motivam as intervenções da Prefeitura Municipal de Maceió por meio da guarda municipal para atividades que denominam de *reordenamento*, isto é, retirar os vendedores ambulantes das ruas do comércio de Maceió, impedindo a realização de seu comércio informal:

1º - A ocupação de espaços públicos pelos ambulantes no centro de Maceió, que vem crescendo constantemente, provoca empecilhos para os possíveis consumidores em termos de passagem e acesso aos espaços. Ademais, acredita-se criar uma atmosfera que se prolifera poluições sonoras e visuais, em consonância com a degradação da higienização dos espaços, provocando danos à saúde, tendo em vista que cresceu, segundo eles, ambulantes que vendem gêneros alimentícios.

2º - em extrema influência do primeiro, veiculam informações que se direcionam na tese apresentada pelos lojistas, de que os vendedores ambulantes, além de obstruírem os espaços e provocarem essas poluições, e assim, afastar boa parte dos consumidores do centro de Maceió, fazendo que sejam impelidos a comprar em lugares alternativos como shopping centers. Eles ainda provocam uma concorrência desleal, haja vista que os lojistas que possuem suas lojas físicas pagam impostos e demais taxas para poder comercializar. E os ambulantes venderem mercadorias por um preço abaixo dos ofertados pelas lojas da mesma região, e segundo os lojistas, ainda produtos pirateados e falsificados. Tendo como consequência, em suma, uma alta taxa na queda das vendas nos últimos anos.

Tendo em vista o exposto acima, a análise crítica dessas afirmações à luz do contexto de metamorfose do modo de acumulação capitalista e as consequências desta para a classe-que-vive-do-trabalho, é o que nos permitirá compreender elementos analíticos acerca dos conflitos existentes entre os vendedores ambulantes, os lojistas, e a Prefeitura Municipal de Maceió em sua posição de possível mediadora dos conflitos e defesa dos direitos dos cidadãos.

4.1 - Os diversos usos do espaço público: as fronteiras entre o que é público e privado

Tendo por objetivo analisar um dos aspectos de nossa pesquisa no centro de Maceió, a saber, as discussões que visam problematizar os diversos usos e interesses políticos subjacente à normatização dos espaços públicos, observamos em nossa revisão de literatura, a dissertação de Pontes (2006), denominada *Pontos e Fluxos: apropriações dos espaços urbanos de uso público*, então submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

Trata-se de uma pesquisa que tanto seguiu um caminho teórico-metodológico que problematizou questões que se veem presentes nas análises de Lefebvre (1999), Leite (2004) e Gomes (2002) que dialogam com o campo da geografia urbana crítica, quanto, posteriormente, trouxe uma reflexão acerca dos objetivos, motivações e influências presentes nos processos de revitalização da cidade de Maceió, que nos permite entender, atualmente, um dos mais fundamentais possíveis fatores que movem esses processos iniciados por esse poder público.

Pontes (2006) destaca em sua pesquisa que na malha urbana da cidade de Maceió existem diversos “Pontos”¹¹, de inúmeras naturezas, públicas, privadas, comerciais habitacionais, industriais, sociais, turísticos, e dentre outros, que possuem em comum características estratégicas que reunidas configuram espaços com usos específicos. Os quais, do ponto de vista das relações sociais e econômicas dos indivíduos da sociedade, por serem em sua natureza dotados de visibilidade e acessibilidade, propiciam a comunicação, contato, a criação de redes que interligam os mais variados setores da cidade. Sendo assim, para ele, um processo positivo à medida que caminha no pressuposto que esses elementos destacados acima, vinham desaparecendo nos espaços públicos tradicionais.

Nesse sentido, ao analisar o contexto em que se insere o seu objeto de estudo, o comércio ambulante informal de churrasquinho do centro de Maceió, percebeu que a produção desses

¹¹ Lugares apropriados, lugares com uso definido e com um reconhecimento espacial adquirido através de valores físicos, sociais e culturais que formam um conjunto de fatores definidores deste espaço (PONTES, 2006).

espaços não se dá de forma harmônica, nem natural, mas construído a partir da materialização das relações sociais, de valores ambientais e culturais vigentes no interior da sociedade. Dito de outro modo, são os valores sociais da sociedade que criam, recriam e reconhecem esses espaços em suas relações e desenvolvimento cotidiano.

Nessa linha de raciocínio, encaminha-se numa discussão, a qual se revela de suma importância para entendimento de nosso objeto. Já que a produção dos espaços não se dá de forma natural, nem harmônica, mas resultado dessa rede de relações sociais que em seu desenvolvimento dita o entendimento sobre o uso dos espaços, é evidente que seja qual for a compreensão estabelecida sobre o espaço, ela revela interesses de grupos que detém concepções políticas. Sendo assim, a produção e reprodução dos espaços, a constituição e reconhecimento deles não se darão sem haver conflitos.

É justamente nessa linha de raciocínio que podemos pensar elementos que ficaram presente nas análises de Pontes (2006) quando analisou as especificidades da ocupação feita pelos comerciantes informais de churrasquinho do centro de Maceió — aqueles que se utilizam de barracas móveis (carrinhos) adaptados — onde eles por desenvolverem uma apropriação singular dos espaços (comercializando em diversos locais da cidade) em consonância com a busca de se utilizar desses locais como alternativas sócio espaciais não planejadas formalmente, provocam conflitos. Especificando mais um pouco, esses conflitos que se estabelecem mais visivelmente por conta da localização geográfica desses “Pontos”, os quais precisam estar em locais de grande circulação de pessoas, o que Milton Santos (1991) denomina de “fixo utilizável”, ocupando assim áreas como calçadas e vias, que muitas vezes ficam em frente a lojas físicas, sistemas de transporte como trens, metrô, ônibus, locais como passarelas de shoppings e dentre outros vistos nas literaturas sobre locais de comércio informal em estados brasileiros¹², que se inserem, em sua magnitude, no limite entre o público e o privado.

Problemática essa que nos tempos presentes são objetos de repúdio pelos comerciantes tendo por referência os últimos cinco anos, 2015 a 2019, situados na gestão de Rui Soares Palmeira na Prefeitura Municipal de Maceió. Momento em que vemos mais manifestações e reivindicações de lojistas através dos meios de comunicação nessa conjuntura de consequências da recessão econômica que faz sentir queda nas vendas, e que os fazem atribuir parte disso aos ambulantes que pelo contexto também se vê crescendo.

¹² Em termos de aprofundamento, temos Dantas (2014) realizada no Ceará, Pamplona (2013) em São Paulo, Barroso (2011) no Rio de Janeiro, Marques (2010) no Espírito Santo, Zambelli (2006) em Minas Gerais, Pontes (2006) e Sandro (2008) em Maceió.

Desta forma, como estamos caminhando na perspectiva crítica de Cunha (2009), Gomes (2002), Lefebvre (1999), Leite (2004) e, para analisar de forma pontual essa problemática, as quais também se encontram presentes nas análises de Pontes (2006), sobre os usos e a produção dos espaços serem momentos de conflitos políticos, arena de lutas, entendemos que a posição e atuação do poder público de Maceió, pode ser em parte entendida pela discussão entre o que é “ espaço público” e “espaço privado” nas malhas urbanas dos grandes centro comerciais, muitas vezes sendo uma distinção confusa e que revela conflitos, e, especificamente, como o modo, intenção e que grupos ocupam esses espaços, podem influenciar na forma em que será normatizado esses mesmos lugares por esse órgão regulador.

Para Yamada (2001), embora se estabeleça, de antemão, pelos poderes públicos o que é público e privado; o que realmente diferencia, não obstante, é a natureza do uso e de quem usa, que define. Destrinchando mais um pouco, considera:

Então, aparece em primeiro lugar, o espaço aberto como sendo coletivo, como sendo espaço público, e o espaço construído, como sendo espaço privado. Mas, se for definida aqui, a rua como o espaço público por excelência, não se poderá, por isso, ignorar que a rua pode ser privada, quando o uso privado acontece na rua. Assim, percebe-se que a identidade de um espaço é a identidade de seu usuário ou de seu uso sendo, portanto, uma identidade social. Espaços públicos ou semi-públicos também podem se tornar privados, quando ocorre a apropriação deles, ou seja, um grupo de pessoas define e dita suas regras de uso. (YAMADA, 2001, p. 1)

Nessa linha de raciocínio, entre essas barreiras que obedecem a influências dos ditames da compreensão das convenções e legislações do poder público. Revela-se como importante para nossa análise entender também, através de Faria (2004), a diferença entre o que é “público” e o que é “comunitário”. São, naturalmente, concepções que se revelam próximas, mas para o autor reside nesses termos especificidades no que diz respeito à estabilidade ou instabilidade das configurações dos espaços urbanos. É nesse sentido o âmbito “comunitário” que edifica espaços apropriados, resultados do agir, de atos mecânicos e rotineiros que produzem o espaço social. Conforme melhor sintetiza o autor em sua concepção crítica do espaço urbano:

São duas as atitudes básicas do “ser social”. Inicialmente, compartilhar comunitariamente a existência nos seus diferentes âmbitos e níveis. Depois, agir como individualidade mais ou menos autônoma sobre as formas estabelecidas da existência. Dessas atitudes básicas nós podemos possivelmente deduzir duas posições, duas formas sociais ou entes que, ontologicamente, lhe são correlatas. Estas são,

respectivamente, a “comunidade” e o “público”. Ambas revelam de alguma forma de sociabilidade pública. Diferem pelo fato de que a ação, tendendo sempre a transcender as limitações do simples compartilhar, eleva as formas deste a um novo patamar de possibilidades sociais a cada interação. Mas, isso não acontece o tempo todo. Ainda que o “público” seja uma forma potencializada da comunidade, ele é circunstancial. Efêmera, a forma “público” não engendra diretamente configurações estáveis dos espaços. Apenas o compartilhar comunitário engendra espaços apropriados a uma comunidade no tempo (FARIA, 2004 *Apud* PONTES, 2006, p. 53)

Tendo em vista a discussão acima, quando avaliamos sua natureza, então inserida nesses liames que nos colocou diante da discussão entre o “público”, “privado” e o novo termo da análise, “comunitário”, vemos que outro fator se encontra presente nessa distinção, a questão da propriedade como ponto de vista da delimitação da compreensão desses espaços. Questão essa que se encontra em estreita correlação entre o espaço entendido enquanto “uso” e espaço entendido como “propriedade”. O primeiro, podendo ser individual e coletivo, e o segundo, podendo ser público (municipal) e particular (individual e coletivo).

É certo que do ponto de vista prático essa discussão traçada acima se mostra enquanto importante para o nosso objeto, uma vez que com o advento do capitalismo, em seu processo de acumulação e exclusão, provoca um certo distanciamento entre o que é de uso público e o que é propriedade (HEIDEGGER *Apud* CHOAY, 1979). É, em rigor, um desdobramento que Jussara Basso (2001) entende que tanto os espaços construídos fechados quanto os espaços abertos podem ser – quanto a possibilidade de acesso – classificados em domínio público, semi-público, semi-privado ou privado.

Desta forma, esse espaço do “público” não sendo entendido como um lugar que fundamentalmente dialoga com a ideia de que deve prevalecer os usos da coletividade como um todo, mas que pode na prática pelo poder público ser limitado a determinadas compreensões de espaço que, por consequência, delimita na mesma lógica os usos e os agentes que dela se apropria. Podemos, destarte, nessa atmosfera de realidade social desigual perceber através de autores como Leite (2004), que surgem políticas de revitalização, requalificação urbana, de preservação do patrimônio arquitetônico, as quais são, em suma magnitude, excludentes, visando preparar o espaço para atender o segmento da sociedade mais favorecido economicamente.

É justamente conforme essa discussão que pretendemos trilhar na concepção de Lefebvre (1999) em sua obra *A revolução urbana*, em que compreende que se demonstra inexata a afirmação de que as formas de entendimento da “cidade” e o “centro urbano” são apenas superestruturas sem uma base e imbricação com a dimensão material que as constituam

e as formem. A perspectiva é que essas concepções e os usos que dele se desenvolvem se relacionam com as forças produtivas e o modo de produção vigente dentro da sociabilidade capitalista.

Nesse sentido esse filósofo marxista francês ao analisar dentro da teoria marxiana o processo de produção da mais-valia em seu ciclo de produção, distribuição e realização da mercadoria, compreendeu que na cidade onde se desenvolve os ofícios do artesanato e sobretudo da indústria; o centro comercial se torna um local imprescindível para esse processo de realização da mercadoria e valorização do capital. Na medida que nesse espaço é onde se realiza um processo central desse ciclo, a distribuição:

(...) o sistema comercial e bancário das cidades sempre foi o órgão da *realização* da mais-valia. Na sua distribuição os mestres das cidades sempre tentaram dela reter uma grande parte (maior lucro médio de seus investimentos). Nos três aspectos da mais-valia, o *centro urbano* desempenha um papel cada vez mais importante. O que define uma função essencial e, no entanto, desconhecida (despercebida), da centralidade urbana no modo de produção capitalista (LEFEBVRE, 1999, p. 34)

Nesse sentido, compreendemos, conforme tais reflexões, que se trata de um contexto que gera problemáticas para os vendedores ambulantes que atuam no comércio informal de mercadorias no centro comercial de Maceió, precisando quotidianamente ocupar determinados pequenos espaços dentro da malha social da cidade. Espaços esses, bastante ambíguos do ponto de vista da constituição do que compreendemos como “ponto”, a partir das análises de Milton Santos (1991), sobre ponto fixo e ao mesmo tempo dinâmico dotado de lógicas próprias, oriundas dessas relações sócio espaciais, bastante conflituosas, entre o público e o privado e a mediação do poder público com a justiça que, em muito dos casos, costumam historicamente apoiar as causas empresariais, conforme apresentada pela pesquisa de Pontes (2006).

Nos tempos atuais, levando-se em conta o período da gestão do prefeito de Maceió, Rui Soares Palmeira, percebemos a prevalência do elencado acima, no sentido de que as políticas de revitalização demonstram em suas condutas e motivações essas inclinações. Assim, nossa pesquisa que prossegue com pressupostos teóricos-metodológicos e epistemológicos de matriz marxiana, do materialismo histórico dialético, que subjaz na perspectiva de que há uma imbricação imanente entre infraestrutura e superestrutura, entre a dimensão material e imaterial, entre economia e política, e a compreensão do Estado enquanto defensor dos interesses da classe burguesa, e, desta forma, privilegiando em suas ações práticas os sujeitos históricos que

pertencem e colaboram para o desenvolvimento desta classe burguesa (MARX, 2011, 2004, 2007).

É, desta forma, característico dessa abordagem de pesquisa que a compreensão crítica perpassa uma averiguação do que se encontra na essência, conteúdo do fenômeno, além de sua forma aparente, da superestrutura. Assim, nas próximas sessões, conforme os materiais que coletamos, com extrema cautela, dos principais veículos da imprensa jornalista alagoana, analisaremos alguns acontecimentos importantes na historicidade desses conflitos e discursos proferidos por essas autoridades. Entendendo-nos não como um fim em si mesmo, de tal forma que pudéssemos, equivocadamente, extrair deles uma explicação para a dimensão material.

Assim, não negamos em sua totalidade essa perspectiva filosófica. Reconhecemos, destarte, a importância da dimensão superestrutural e metafísica nesses processos, de tal maneira que realizamos inclusive análises anteriores nessa orientação em termos de imbricação das mesmas. Contudo, pretendemos se apropriar dos discursos invertendo a lógica de sua posição na explicitação da sociedade, tal como Marx desenvolveu em *A ideologia alemã* ao estruturar os pressupostos de seu método. Destrinchando, em suma, entenderemos o discurso como reflexo e produto dos conflitos existentes entre as classes na dimensão material, prática.

4.2.1 – As bases para o conflito (2015-2016)

Seguindo uma linha cronológica em relação ao tempo que estabelecemos para análise em nosso estudo, em 2015 já observamos mais diretamente a posição dos lojistas e empresários nesse cenário. Segundo a matéria jornalística da TV Gazeta de Alagoas de Março de 2015 (SANCHES, 19/03/2015) existe um conflito de interesses políticos vigentes. Por um lado, os lojistas sentem prejuízos em seus estabelecimentos pela desorganização do local proporcionada pelos ambulantes; por outro lado, observa-se os ambulantes proferir que não conseguem tirar o sustento de suas famílias estando nos locais destinados para sua alocação pela Prefeitura Municipal de Maceió. Nesse período, eles tinham sido alocados para a Praça dos Palmares, tendo em vista que não puderam permanecer legalmente no Centro de Maceió em observância do Código de Posturas do Município instituído pela Lei nº 3.538 de 23 de dezembro de 1985.

O que acontece, entretanto, é que a alegação dos vendedores ambulantes ao voltar ao Calçadão do Centro de Maceió, trilhou em um entendimento que esse local acima então destinado aos mesmos não oferece estrutura para seu comércio, bem como não propiciam aos mesmos vendas satisfatórias.

Fotografia 1: Reordenamento Praça Palmares



Fonte: TNH1, 2015.

Fotografia 2: Praça dos Palmares



Fonte: Minube, 2015.

Crítica essa que ficou evidente na fala da camelô e também ambulante Ana Alves da Silva, veiculado pela própria reportagem da G1 Alagoas (19/03/2015): “O estacionamento não tem estrutura. Esperamos que fizessem a cobertura prometida e nada foi feito. Ninguém compra no local, ficamos sem vender e, por isso voltamos para as ruas do comércio”.

Outrossim, outra entrevista veiculada pela mesma reportagem, demonstra além dessas problemáticas elencada pela ambulante, uma das características que representam o ser ambulante, a qual os fazem voltar ao Centro de Maceió, isto é, o intenso fluxo de pessoas e relações que se estabelecem naquele espaço, conforme profere José Macena que trabalha há mais de 20 anos no centro de Maceió como ambulante: “Ninguém passa lá para comprar. É muito apertado e aqui no calçadão todos compram. Como vamos ficar lá esquecidos? ”.

É diante desse contexto de conflitos quotidianos que 7 meses depois dessa reportagem, os camelôs, antigos ambulantes, tendo em vista que mesmo diante das nuances se fixaram nos pontos destinados; promoveram uma manifestação pública, um protesto em que caminharam pelas ruas do comércio, bloqueando uma rua importante em termos de fluxos de veículos e pessoas, o cruzamento da Rua Melo Moraes com a Rua do Sol (G1/AL, 29/10/15).

Fotografia 3: Protesto dos vendedores Ambulantes



Fonte: Karina Dantas/G1, 2015.

Fotografia 4: Protesto dos vendedores ambulantes



Fonte: Programa Cidadania, 2015.

Segundo a reportagem do Programa cidadania, o Presidente da Associação dos Vendedores Ambulantes de Maceió, Naldo Moura, afirma que participaram cerca de 100 ambulantes da manifestação, e que o real motivo se deu por conta de que o dono do local em que a prefeitura disponibilizou para os camelôs ocupar, teria recorrido à Justiça com o objetivo de tentar desocupar o local. Nas palavras de Naldo:

O dono do terreno entrou com uma ação na Justiça. Se o caso avançar e ele ganhar a causa, centenas de trabalhadores, pais e mães de família, ficarão desempregados, pois a classe está proibida pelo poder público de ocupar o calçadão do comércio. Por isso nós estamos cobrando uma solução da prefeitura” (PROGRAMA CIDADANIA, 29/10/2015).

Além disso, a categoria dos camelôs afirmou que a Prefeitura de Maceió esteve sem pagar o estacionamento situado na Praça dos Palmares há 19 meses. Informação essa que foi confirmada por Reinaldo Braga, na época superintendente da Superintendência Municipal de Controle e Convívio Urbano (SMCCU), dizendo que existe um atraso no pagamento devido à crise financeira:

Nós chamamos o dono do terreno para tentar fechar um acordo. Ele compareceu ao nosso gabinete, conversou conosco e ficou de nos dar uma resposta. Porém, no dia seguinte ele não mais nos procurou e tomamos conhecimento de que ele entraria com uma ação na Justiça, mas a prefeitura em momento algum se esquivou da responsabilidade de encontrar uma solução para os comerciantes”, explicou o superintendente Reinaldo Braga. (PROGRAMA CIDADANIA, 29/10/2015).

Assim a compreensão é que o superintendente tenta justificar essa situação que, na verdade, se constitui como uma falta de compromisso com os camelôs, por meio da alegação da existência de crise fiscal, a qual para ele também solapava outros municípios. Contudo, na mesma entrevista disse algo que pôde representar um progresso, mas também um empecilho para esses trabalhadores: que a prefeitura detém um projeto para reordenamento dos ambulantes e que o espaço que estão até o presente momento, poderá ser desapropriado para utilidade pública.

O empecilho disso, todavia, encontramos justamente no fato de que eles não disseram para onde iriam alocá-los. O que se demonstra preocupante à medida que seus trabalhos se

desenvolvem justamente nessas áreas de grandes fluxos de pessoas, da qual se destaca a praça palmares, e que o não atendimento desses fatores pelo poder público mobilizou reivindicações anteriores e pode ensejar outras.

E, desta forma, esta situação insólita e instável se estende até o final do ano. Momento em que, só para citarmos esse evento, embora não se alie diretamente ao nosso objeto de estudo, a Prefeitura Municipal de Maceió sanciona a Lei Nº 6.519 de 18 de dezembro de 2015 que impõe uma série de regulamentações às atividades dos vendedores ambulantes na areia das praias da capital alagoana, conforme consta no diário oficial do município (DOM) de 21 de dezembro de 2015. Com o intuito de, segundo o documento, a promoção de ordenamento em relação à preservação do meio ambiente, colocar ordem nas atividades, livre acesso aos cidadãos às praias, impondo uniformes, crachás e uma série de licenças para poder comercializar. Atmosfera essa de limitações às atividades comerciais que vemos também presente no que concerne aos ambulantes do centro de Maceió. Contudo, detém a especificidade de ser outro contexto, o qual poderá ser analisado profundamente em outro trabalho, haja vista que o conflito desse último se instaura com o grande comércio turístico, de suma importância para a economia alagoana.

Por conseguinte, no ano de 2016, vemos uma certa conformidade dos camelôs em seus pontos destinados, as atenções se voltam para outras áreas de alocação, a Rua João Pessoa e Rua Augusta, mais conhecidas como Rua do Sol e Rua das Árvores, respectivamente. Desta vez, o conflito passa de um conflito entre segmentos ambulantes e prefeitura de Maceió, para um conflito intra, isto é, entre os próprios camelôs. Em que aqueles que preferiram aderir à proposta de reordenamento da Prefeitura Municipal de Maceió, e assim, se fixar nos locais destinados, ficam indignados com outros vendedores camelôs que não são cadastrados. Uma vez que esses comercializam suas mercadorias sem pagar taxas, estabelecendo uma concorrência desleal. Contexto esse que se vê refletido nas palavras de Rosivaldo Moura, então Presidente da Associação dos Comerciantes e Camelôs de Maceió:

A fiscalização contra os clandestinos precisa existir sempre, pois não faria sentido a prefeitura cadastrar essas pessoas para poderem vender suas coisas e deixar outras pessoas vender a mesma coisa sem pagar taxa. O que nós não concordamos é a forma como alguns agentes agem durante a abordagem (CINARA, 2016).

Sobre a fala do presidente acerca de não concordar com a forma de abordagem, ele está se referindo às denúncias dos ambulantes de que nas abordagens dos agentes da Superintendência Municipal de Controle do Convívio Urbano/SMCCU, as quais acontecem com frequência com apoio da Guarda Municipal e Polícia Militar, eles sofrem agressões. São evidentemente casos que vão parar na Justiça, instaura-se processos administrativos e boletins para apurar (CINARA, 2016).

Nesse sentido, percebemos que esse contexto de conflitos entre os próprios camelôs, os quais se encontravam e trabalhavam na mesma condição de vendedores ambulantes, comercializando mercadorias de forma ilegal no centro de Maceió, constitui desdobramentos similares aos que acontecem em outros estados brasileiros.

4.2.2 As negociações infundáveis (2017)

No primeiro semestre de 2017, as ações da Prefeitura Municipal de Maceió para além de se destinarem à continuação das atividades de fiscalização e desocupação do calçadão do centro pelos vendedores ambulantes; passam, por sua vez, a se direcionar à rua João Pessoa (rua do sol) e Rua Augusta (rua das árvores). Segundo o Coronel Ivon Berto, então titular da Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social (SEMSCS), antiga Superintendência Municipal de Controle do Convívio Urbano (SMCCU), em entrevista ao Tribuna Hoje, as ações seguem as determinações do Código de Posturas do Municipal, as quais visam, segundo ele, organizar o espaço público e melhorar o fluxo de pedestres e veículos.

Fotografia 5: Fiscalização SEMSCS



Fonte: Tribuna Hoje, 13/05/2017.

Fotografia 6: Intervenção SEMSCS



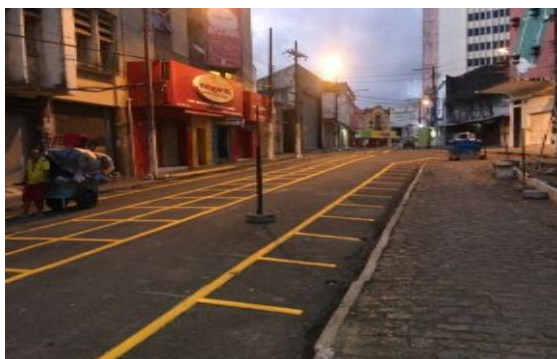
Fonte: Alagoas 247, 15/05/2017.

Nesse sentido, observamos a permanência do mesmo discurso averiguado desde 2015, conforme nossos dados coletados, nos ambulantes do calçadão do centro de Maceió, mas percebemos uma intervenção diferenciada nas ruas destacadas acima.

Em rigor, a Prefeitura Municipal de Maceió, no ano passado, tinha destinado aqueles lugares aos vendedores ambulantes, com a condição de que se cadastrassem e assumissem mensalmente uma taxa de impostos ao órgão público para se encontrarem em situação legal. Tratava-se, por sua vez, de uma atmosfera que tinha o respaldo do Associação dos Vendedores Ambulantes de Maceió (AVAM), uma vez que oferecia, de certa forma, uma amenização temporária para a sua instabilidade em que estavam situados esses comerciantes informais na Praça dos Palmares (Fotografia 1 e 2). Realidade esta que eclodiu, conforme vimos acima (Fotografias 3 e 4), uma manifestação feita por muitos vendedores ambulantes sob a tutela da AVAM.

Assim, esse desdobramento acontece, entretanto, nessa região em vista de que o projeto de alocação e melhoria das condições de permanência dos ambulantes da praça dos Palmares, então prometido pelo antigo Superintendente Reinaldo Braga, da antiga (SMCCU), havia sido implantado, e em vias de ser implementado nos próximos meses (SEMSCS, 21/07/17). Tratava-se, efetivamente, de um projeto que, segundo essa mesma secretaria pela sua Ascom, foi elaborado em consonância com integrantes da Associação dos Camelôs e Ambulantes do Centro de Maceió, Aline Phayne e José Rosivaldo Moura Barros, o Naldo. Em que puderam, de forma específica, segundo a Ascom do município, analisar aspectos como barracas, layout e dimensões, materiais que proporcionem boa iluminação, ventilação, setorização por cores e espaços adequados para venda de gêneros alimentícios.

Fotografia 7: Projeto Arquitetônico Praça dos Palmares



Fonte: Ascom Semscs, 03/09/2017.

Fotografia 8: Divisão das vagas destinadas aos vendedores ambulantes



Fonte: Magda Ataíde/G1, 25/10/2017.

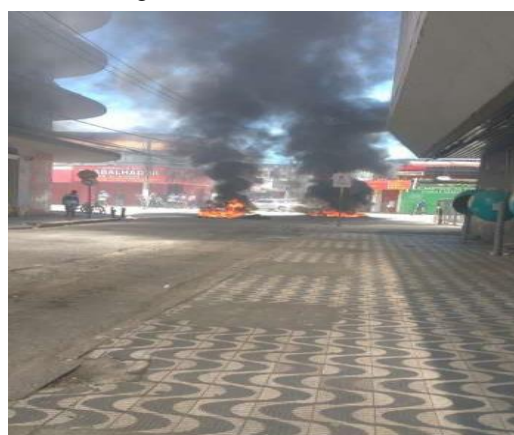
Nesse sentido, a atuação e fiscalização dos agentes da SEMSCS, dentro das ações de ordenamento e revitalização do centro de Maceió pela Prefeitura Municipal de Maceió (PMM), intensificaram-se nas ruas citadas acima, rua do sol e das árvores (AL 24H, 26/09/17). Evento esse que desencadeou uma série de manifestações por parte dos vendedores ambulantes, os quais bloquearam a passagem de veículos e livre circulação de pessoas nessas ruas, além do calçadão do comércio. Levando os agentes de fiscalização a pedir o apoio do 1º batalhão de polícia militar.

Fotografia 9: Protesto dos vendedores ambulantes na rua Augusta



Fonte: Alagoas 24 horas, 26/09/2017.

Fotografia 10: Protesto dos vendedores ambulantes na rua Augusta



Fonte: Alagoas 24 horas, 26/09/2017.

De forma mais pontual, segundo a reportagem do Alagoas 24 horas, os agentes tinham dito que tinham dado um ultimato para a saída dos ambulantes, em virtude do fato de que eles precisam se cadastrar e legalizar a sua situação junto à prefeitura para poderem comercializar. Os quais poderiam ser realocados para trabalharem no Shopping Popular de Maceió, que fica situado no centro de Maceió, um pouco distante do calçadão.

Por conseguinte, segundo a mesma reportagem, os agentes tinham autorização para apreender e demolir materiais irregulares vendidos nas ruas, como utilização de carrinhos ambulantes por tração humana ou animal, e produtos que não possuem nota fiscal e o que eles compreendem como de origem duvidosa. O que pode ter melhor influenciado para a situação vista, a resultou, ao final, em um acordo temporário similar a tanto outros já mostrados nas passagens acima, em visam o mesmo fenômeno, a saber, acordos para a fixação no espaço mediante pagamento de taxas, e instabilidades decorrentes dessa situação que esbarra diretamente com a constituição do ser ambulante.

Para além dessa discussão acerca da essência do ser ambulante, nesse diálogo entre a fixação e não-fixação no espaço, como categorias definidoras das possibilidades de sua

manutenção e sobrevivência, observamos que se trata de uma problemática que, em termos numéricos, já nos evidencia o tamanho da magnitude da instabilidade sobre a qual a Prefeitura Municipal de Maceió está lidando. Segundo o próprio coronel Ivon Berto, titular da SEMSCS, em reportagem a TV Gazeta de Alagoas nesse mesmo semestre do ano de 2017, nesse montante de vendedores ambulantes, encontra-se cerca de 700 cadastrados e regularizados perante a PMM. Sendo que, segundo o mesmo, cerca de 1000 ambulantes ainda se encontram na informalidade, e que são alvos das operações (BRASIL 247, 15/05/17). Em suas palavras: "Não vamos admitir clandestinos. A força-tarefa segue até regularizarmos toda a situação". Assim, segundo informado para a reportagem, para haver o cadastro, os comerciantes precisam pagar uma taxa de uso solo, que é variável. Os locais admitidos para o comércio informal são o Shopping Popular e toda a região da Praça dos Palmares.

Tendo em vista o destacado acima, se analisarmos essas informações em consonância com as condições práticas objetivas que a PMM propõe para a normalização dessa situação instável, veremos que a problemática ainda pôde se estender. Justamente por conta que os locais destinados para os vendedores ambulantes na Praça dos Palmares foram projetados para abrigar, inicialmente, apenas 228 ambulantes informais, e para aqueles que já trabalhavam no local. É o que diz a informação passada por Felipe Davino, o coordenador-geral de Controle de Atividades no Espaço Público e de Processos Especiais da SEMSCS, de que o ordenamento servirá para que cada ambulante passe a ocupar um espaço padrão de 1,40x1 metro, nessas 228 vagas. Em suas palavras: "Queremos deixar o local organizado e adequado. No primeiro momento estamos fazendo o ordenamento dos que estão trabalhando no espaço e depois veremos se sobrarão vagas para outros comerciantes" (G1, 25/10/17). Na qual podemos perceber, efetivamente, o seu reconhecimento de que o local não poderia abrigar a todos os ambulantes.

Nessa linha de raciocínio, mesmo que partíssemos do pressuposto de que todos os cerca de 1000 ambulantes informais viessem a se cadastrarem, esses, ainda assim, não encontrariam lugar propício na Praça do Palmares para se fixarem e venderem seus produtos. Sob esse aspecto, trata-se de um número de vagas que, inclusive, é menor do que aquele divulgado pela própria PMM em sua Ascom há um mês antes dessa reportagem, em setembro, na qual previa a demarcação de 300 espaços. Veiculando ainda a informação de que tinham 300 permissionários daquele espaço e 50 do acesso ao estacionamento (SEMSCS, 03/09/17).

Além disso, se formos pensar pela proposta alternativa da PMM, em que os ambulantes informais poderiam, caso se regularizem, fixarem-se no Shopping Popular do centro de Maceió — lugar em que há menos fluxos de pessoas e menos visibilidade — averiguaremos o mesmo processo já demonstrado por Pontes (2006), as contradições decorrentes da fixação e não-

fixação no espaço em seu diálogo com o que constitui os “pontos”, em sua relação consequente com a questão da “visibilidade” na manutenção e sobrevivência das relações comerciais que se estabelecem nessas malhas urbanas ocupadas pelos ambulantes.

Fotografia 11: Projeto Praça dos Palmares em atividade Popular de Maceió



Fonte: Magda Ataíde/G1, 25/10/2017.

Fotografia 12: Vendedores Ambulantes no Shopping



Fonte: Ascom Semtabes, 01/10/2017.

4.2.3 – Reuniões sem solução e continuação dos conflitos (2018)

Em 2018, averiguamos que a mesma problemática envolvendo os mesmos vendedores ambulantes da Rua das árvores e Rua do Sol continuaram (TRIBUNA HOJE, 23/02/18). Desdobramento esse que já havíamos sinalizado enquanto possível nos parágrafos anteriores, acerca da impossibilidade prática, em termos numéricos de capacidade geográfica, de destinar todos esses ambulantes para o projeto da praça dos Palmares. Nesse sentido, observamos que o que motivou a permanência dos conflitos envolvendo esses sujeitos dessa região, foi em decorrência do cumprimento da fala do coronel José Praxedes, um dos coordenadores da ação da Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social – SEMSCS, em 2017 no contexto dos protestos e conflitos:

Hoje já não há permissão para que os ambulantes atuem na Rua das Árvores. A venda de produtos aqui é pertinente ao mercado, então, a gente vai conversar no sentido que eles retornem aos mercados para comercializar os seus produtos. Temos uma faixa de 300 a 350 ambulantes na Rua das Árvores. O comércio não é local de feirantes (REGINA CARVALHO, 27/09/17).

Assim, conforme dito pelo agente, as fiscalizações continuaram, com vistas a direcioná-los para o mercado da produção. Condutas essas que, segundo os mesmos fiscais, atendem à legislação municipal e à Portaria 096/2017, publicada em 14 de setembro, no Diário Oficial do Município, que estabelece a proibição de venda de mercadorias fora dos locais designados pela administração pública e sem a respectiva autorização. Além de proibir a circulação de carrinhos ambulantes, seja por tração humana, seja animal, no centro da cidade e em seu entorno, proíbe-se também comercializar produtos sem origem comprovada e sem a nota fiscal.

A despeito da mudança deles para o mercado da produção, já que nessas áreas estavam, além dos motivos elencados acima, obstruindo a passagem dos pedestres, a notícia não foi bem recebida. Uma vez que, segundo eles, o mercado da produção por ser afastado e, conseqüentemente, ter menos fluxo de pessoas, causa queda nas vendas. Situação essa que podemos observar na fala da vendedora Ana Paula, durante um dos protestos que ocorreram durante o segundo semestre do ano:

Desde ontem que a gente não trabalha. A gente paga aluguel, tenho três filhos pra criar. Nós não somos vagabundos, só queremos nossos direitos. Se eles não querem que a gente trabalhe no calçadão, arrume uma rua para a gente trabalhar aqui no Centro. Eu trabalhei no Mercado, mas lá não tem movimento, aí vim para o comércio (G1 AL, 17/07/2018)

Tratou-se, efetivamente, de um protesto que, assim como os outros ocorridos nessa região, obstruiu as ruas, impedindo o fluxo de veículos, para assim chamar a atenção da prefeitura e dos meios de comunicação. No qual, foi também momento marcado por comoção de trabalhadores e trabalhadoras diante da apreensão das mercadorias de outros ambulantes. Conforme podemos analisar na fala de Jeciane a mesma reportagem do G1 AL.

Eu vendo banana, vendia aqui na rua, mas querem botar a gente lá pra o mercado, onde só tem imundície. O mercado morreu minha gente. Lá a mercadoria apodrece e ninguém compra. Eu só não tinha minha mercadoria apreendida hoje aqui, porque não vim trabalhar, porque sabia que eles iam fazer isso, iam apreender (G1 AL, 17/07/2018).

Assim, esse conflito como os outros ocorridos, tiveram fim à medida que o gerenciamento de crises da polícia militar - PM interveio, e junto a SEMSCS propôs que se reunissem com os vendedores ambulantes para definirem um local adequado para trabalharem.

Fotografia 13: Manifestação dos vendedores ambulantes Fotografia 14: Negociação entre a PMM, PM e os vendedores ambulantes



Fonte: Roberta Batista/G1, 17/07/2018.



Fonte: Roberta Batista/G1, 17/07/2018.

A reunião, conforme prometido, foi realizada no dia 18 de julho de 2018 com a SEMSCS, Guarda Municipal de Maceió, representante da polícia militar e representantes dos vendedores ambulantes. Contudo, não chegaram a nenhum acordo. Segundo a matéria do G1 Alagoas, de um lado, vimos a SEMSCS reafirmando que eles não podem permanecer na rua das árvores, e que irão ao mercado da produção e, do outro, representantes dos vendedores ambulantes querendo permanecer na rua das árvores, e exclamando que o mercado da produção causa queda nas vendas, prejuízos. Aqueles até tentaram convencer estes, dizendo que a área do mercado da produção passou por recapeamento, foi delimitada áreas e que teriam à disposição tendas para abrigar da chuva e sol. Mas o que observamos foi frustração, o que foi revelado na fala da senhora da paz:

O pessoal esperava que ele [o secretário Ivon Berto] concedesse a Rua das Árvores, combatesse quem tava errado, tirasse quem tava ilegalmente, quem não está cadastrado e deixasse o pessoal trabalhar lá na rua. Isso enquanto a prefeitura não encontrasse um local melhor que o Mercado. No fim das contas, a situação não mudou nada para nós (G1 ALAGOAS, 18/07/2018).

Sobre isso, o diretor de Convívio Social, coronel Adilson Bispo, reafirmou a posição de que eles permanecendo na rua das árvores atrapalham a passagem de veículos e pedestres. E que a decisão

contrária deles em relação à proposta da SEMSCS deve-se ao fato desses não estarem adaptados à realidade do mercado da produção. Conforme podemos analisar em sua fala: “Eles estão saindo de um ritmo de comércio e devem se adequar a uma dinâmica de mercado. Eles estão nesse momento de desespero, mas nós não temos nenhuma dúvida que é só uma questão de adaptação” (G1 ALAGOAS, 18/07/2018).

Segundo a mesma matéria, eles até ofereceram a possibilidade de alguns boxes no shopping popular junto a Secretaria Municipal do Trabalho, Abastecimento e Economia Solidária - SEMTABES, para aqueles que não comercializam frutas e verduras. Contudo, sem sucesso. O que levou os mesmos a reiterarem que diante dessa situação se voltarem a ocupar as áreas proibidas para comércio, terão suas mercadorias apreendidas pela Guarda Municipal e Polícia Militar. Assim, dando prosseguimento e continuidade aos conflitos vigentes.

Fotografia 15: Reunião em busca de soluções



Fonte: Thamires Ribeiro/G1 AL, 18/07/2018.

Fotografia 16: Mercado da produção



Fonte: Programa Cidadania, 17/07/2018.

O conflito mais marcante desse período final do ano, ocorreu em 20 de novembro de 2018. Motivado pelos mesmos fatores do anterior, no qual os vendedores que continuavam a ocupar a rua das árvores e que perderam suas mercadorias ficaram revoltados. Neste, entretanto, os protestos foram mais marcantes por chamar a atenção para o grau do quanto aquele conflito se arrastava sem haver solução propícia para ambas as partes. Assim, fora atirado fogo em pneus, eclodiam manifestações como as da anterior, que dizia que o mercado da produção não era viável para eles.

Segundo a matéria do Repórter Maceió (20/11/18) eles queriam um lugar no centro, onde pudessem vender suas mercadorias num local de intenso fluxo de pessoas. Conforme exclama João Marcos a essa reportagem, ao se sentir indignado perante a atuação dos fiscais: “eles alegam que fica

uma bagunça, mas, se tem fiscal para fiscalizar, porque não organizam no entorno da praça, mesmo? Ninguém aqui é vândalo, só queremos trabalhar”.

Fotografia 17: Novo Protesto dos vendedores ambulantes



Fonte: Repórter Maceió, 20/11/2018.

Diferentemente dos outros, nesse não houve um convite formal para uma reunião com os ambulantes, em que a prefeitura de Maceió oferecesse uma proposta para solucionar o conflito; manteve-se, assim, o poder público, a sua posição de não lhes permitir ocuparem essa região. E como foi de se esperar, tal posição ocasionou diversas outras nuances que tenderam a se estabelecer de forma mais direta, agora, entre os vendedores ambulantes e os lojistas, em que a prefeitura assume o papel de “mediadora”.

4.3 - O confronto direto: as posições e convicções políticas em perspectiva (2019)

Do ponto de vista histórico, tomando como referência as análises de Pontes (2006) que realizou sua dissertação acerca dos vendedores ambulantes do centro de Maceió, em especial, os de churrasquinho, que os conflitos existentes entre os vendedores ambulantes, os lojistas e a prefeitura de Maceió, não é um fenômeno recente. Uma vez que dentro do processo de reestruturação produtiva em relação direta com as crises cíclicas, esses sujeitos assumem posições políticas até conflitantes para defenderem seus interesses econômicos. E como a problemática dos ambulantes perpassa uma discussão e atenção do poder executivo para um ordenamento que possibilite que eles permaneçam em “pontos” de intensos fluxos de pessoas, o que caracteriza a essência de sua atividade. Nos leva a entender que o não compromisso do poder público ao atendimento a essas demandas, não obstante, dá continuidade aos conflitos existentes entre os dois segmentos. Pois, os ambulantes continuam a ficar em frente às lojas físicas, sofrendo sanções desses pela justificativa que estão concorrendo diretamente com eles apesar de não pagarem impostos à prefeitura. Sem contar o próprio conflito e visão separatista

que se estabelece entre os próprios vendedores ambulantes cadastrados e os não-cadastrados. É uma relação ambígua e nefasta que Cunha (2009, p. 80) analisa em sua obra *Trabalhadores de rua: tensões e resistências na luta pelo direito ao trabalho*:

Convém frisar que os trabalhadores de rua não cadastrados formam um grupo vulnerável submetido à violência, às perseguições e às repressões, principalmente por não fazer parte do sistema de proteção material, estando, portanto, fora da ordem de direitos, dependendo de uma política de “vistas grossas” por parte das autoridades. Essa mescla de fatores revela como os trabalhadores e os poderes públicos operam dentro de certa “invisibilidade social”.

Assim, observamos que esse conflito, presente há anos na realidade do centro de Maceió, tornou-se mais explícito em 2019. Nele percebemos mais recorrentemente tanto a participação do sindicato que representa os lojistas de Maceió, chamada Aliança Comercial, quanto a posição que a prefeitura municipal de Maceió assume diante desses conflitos.

A ideia é que os lojistas, em seus discursos, passaram a enfatizar mais a questão da queda nas vendas, diminuição do quadro de funcionários em suas lojas, e menos consumidores no comércio, em decorrência da presença dos vendedores ambulantes no centro. Nesse sentido, a primeira atuação da Aliança Comercial nesse ano, deu-se na inauguração do “já”¹³ no centro de Maceió, em que o presidente da mesma, Guido Filho, disse que há três anos tenta acordo com o poder executivo de Maceió e não teve suas demandas atendidas em questão de reordenamento. Para ele o centro comercial está virando um mercado público e que o prefeito teria de fornecer mais importância ao centro de Maceió: "É o maior gerador de empregos, onde se gera mais imposto e grande circulação de pessoas. Não é justo que o Centro seja tratado como está sendo" (SETE SEGUNDOS, 26/04/19). Além disso, destacou a ronda do bairro¹⁴ no centro até fez seu trabalho, melhorando a questão do centro com 60 policiais, porém, segundo ele, o problema é o desempenho da guarda municipal de Maceió.

Nesse sentido, um mês depois desse depoimento, vemos novamente o mesmo presidente criticando o reordenamento feito pela prefeitura municipal de Maceió. Uma vez que, segundo

¹³ Centro de atendimento ao cidadão, o qual oferece serviços como emissão de identidades, guias do Detran, pagamento de faturas e dentre outros procedimentos comumente feitos em órgãos do setor público e privado.

¹⁴ O Ronda no Bairro é um programa de governo sob a alçada das Secretarias de Estado de Prevenção à Violência (Seprev) e da Segurança Pública (SSP), com total apoio da Polícia Militar de Alagoas. O qual conta com uma Central de Articulação de Abordagem Social composta por uma equipe multidisciplinar, que será responsável pelo reconhecimento e encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade social aos órgãos e aos programas competentes.

ele, através da reportagem do TNH1 (04/06/19), TV Pajuçara, essa não sendo efetiva, os vendedores ambulantes causam queda nas vendas, à medida que há diminuição do número de consumidores que circulam no centro de Maceió. Conforme suas declarações veiculadas pela mesma imprensa: “Muita gente não está querendo vir mais ao Comércio em função da invasão que tem de feirantes de camarão, de peixe... O mercado existe para isso, não o Calçadão” e “Isso está gerando desemprego. Algumas lojas já reduziram o quadro de funcionários por causa da queda de movimento”. Termina sua crítica dizendo que por lei a atividade é proibida, e que acionou o Ministério Público do Estado de Alagoas – MP AL.

Por conseguinte, em decorrência dessas declarações e conflitos quotidianos que se intensificaram entre ambulantes e lojistas, averiguamos que um mês depois dessa matéria, foi convocada uma audiência pública na câmara municipal de Maceió, através do vereador Francisco Sales, com o objetivo de debater a situação do Centro de Maceió e buscar o reordenamento do espaço. Segundo a matéria da imprensa “A notícia” de Maceió, estiveram presentes na audiência os vereadores Chico Filho (Progressistas), José Márcio Filho (PSDB), vereadora Sylvania Barbosa (PRTB); o Ministério Público Estadual (MPE); a Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT); a Secretaria Municipal do Trabalho, Abastecimento e Economia Solidária (SEMTABES); a Superintendência Urbana de Desenvolvimento Sustentável (SUDES); a Federação do Comércio do Estado de Alagoas (Fecomércio); a Aliança Comercial de Maceió e comerciantes e ambulantes do Centro de Maceió.

Desta reunião que muitas autoridades do poder executivo, legislativo e representantes tanto dos lojistas, quanto dos ambulantes, percebemos o resgate de problemáticas que já havíamos demonstrado seus desdobramentos acima, e a reafirmação do discurso crítico dos empresários em relação à necessidade urgente de reordenamento do centro de Maceió. Num primeiro momento, vemos o vereador Francisco Sales, compreendendo os dois lados da questão, por um lado, o fator reordenamento para um melhor desenvolvimento do comércio dos lojistas, e, por outro, uma atenção maior no ordenamento do mercado da produção. Não toma um partido fixo, porém reconhece as problemáticas de ambos os lados em seu discurso:

Precisamos ordenar, incentivar e proteger esses empregos que são gerados no Centro da nossa cidade, sem fechar os olhos para o Mercado da Produção e é a partir disso que teremos um desenvolvimento. O comércio precisa se fortalecer e esse papel é do Poder Público, por isso é muito importante ouvirmos os comerciantes aqui presentes. Encaminharei um documento para as secretarias e para o gabinete do prefeito de Maceió para mudarmos o cenário do comércio local (A NOTÍCIA, 15/08/2019).

Nessa linha de raciocínio, porém sendo mais enfático ao real ponto dos conflitos, José Rosivaldo Moura concebe que o maior problema do comércio de Maceió é que o Poder Público não promove as condições necessárias para que os ambulantes desempenhem os seus trabalhos. Em suas palavras:

Para resolver o problema do Centro da nossa cidade, é preciso conhecê-lo e sinto falta disso por parte do ente público. Participamos de várias reuniões e a primeira coisa que dissemos é que para ter um centro organizado, o trabalho tem que ser planejado com as secretarias e as categorias que fazem parte do comércio. Se os nossos representantes não criam as condições necessárias, sempre debateremos as medidas paliativas e o que precisamos é de uma solução para que nossas lojas não fechem (A NOTÍCIA, 15/08/2019)

Por conseguinte, num segundo momento, vemos a posição do Vereador Chico Filho, alinhada com as posições assumidas pela prefeitura e pelo sindicato dos ambulantes até o momento, o qual destaca que o ordenamento está em processo e que mantem a perspectiva de retirar os vendedores do comércio e os direcionarem ao shopping popular de Maceió. Shopping popular esse que carrega as mesmas problemáticas do local do “mercado da produção de Maceió”, embora este esteja mais perto do centro urbano, mas mesmo assim conta com pouco fluxo de pessoas.

Assim, da parte do representante dos lojistas, vemos novamente Guido Filho, presidente de Aliança Comercial dos lojistas, reafirmar os interesses da classe empresarial ao reiterar que a luta em melhoria do centro da cidade é antiga e os comerciantes precisam de soluções rápidas. Alegando novamente a questão de que precisa pagar a folha de pagamento dos funcionários e que a prefeitura precisa de uma boa gestão nesse processo de reordenamento.

Tendo em vista os desdobramentos acima, o que vemos neste mesmo mês de agosto de 2019, é que diante desta atmosfera, a prefeitura municipal de Maceió começou a intensificar o processo de reordenamento do centro de Maceió. Segundo a própria nota da ASCOM da SEMSCS (10/08/19), então veiculada no próprio site da PMM, A fiscalização, que estava sendo realizada em dias alternados, agora está acontecendo de segunda a sábado, durante todo o expediente comercial. Inicialmente a própria nota reforça aqueles mesmos motivos veiculados em matérias de anos anteriores, a saber, de que o ordenamento da região promove acessibilidade e mobilidade urbana, fazendo cumprir a Lei nº 3.538, que criou o Código de Posturas, bem como a Lei 4.479/96, que proíbe atividade ambulante de qualquer natureza no Centro de Maceió. Tanto que até no corpo da matéria mostra uma visão unilateral da opinião da população

sobre a problemática em questão, selecionando apenas uma fala de uma pessoa que teria sido entrevistada, a professora Amparo Carvalho:

Eu nunca mais tinha vindo ao Comércio, mas vi na televisão que estava bom de andar e resolvi conferir se era verdade. Agora está fácil de andar e procurar as coisas nas lojas daqui com tranquilidade. Acho que os camelôs devem trabalhar em lugares organizados e que não atrapalhem o ir e vir dos frequentadores do Centro (ASCOM /SEMSCS, 10/08/19).

Contudo, posteriormente, vemos uma posição do titular da SEMSCS que revela diretamente outro motivo da intensificação do ordenamento. Não que esse caráter não estivesse presente nas abordagens e atuação dos agentes dessa secretaria e da guarda municipal nos últimos anos, porém é nessa matéria que o titular, Enio Bolivar, demonstra em seu discurso um dos fatores fundamentais dessa ação. Em suas palavras:

O ordenamento segue conforme o planejado. Aqueles que ainda persistem em contrariar a Lei que proíbe atividade ambulante no Centro de Maceió, pode ter a mercadoria apreendida, mas o objetivo não é esse. O objetivo é manter o Calçadão acessível e limpo, para garantir que o maceioense faça suas compras nas lojas do Centro de forma ordeira e segura (ASCOM/SEMSCS, 10/08/2019).

Nesse sentido, analisamos que esse discurso evidencia uma atuação dos agentes em defesa daquelas críticas proferidas em anos anteriores pelos lojistas, em especial, pelo presidente da Aliança Comercial, Guido Filho, as quais, intensificaram-se no final do ano de 2018, e principalmente, no ano de 2019, delas se sobressaía o discurso de que a concorrência dos ambulantes era desleal, além de obstruírem o espaço para o fluxo de pessoas, e provocarem o fenômeno da diminuição dos clientes das lojas do centro de Maceió.

Fotografia 18: Ordenamento do calçadão de Maceió



Fonte: Ascom Semscs, 10/08/2019.

Fotografia 19: Calçadão do Centro de Maceió



Fonte: Ascom Semscs, 10/08/2019.

Diante desse mesmo contexto, vemos outra publicação do Ascom da SEMSCS (29/10/19), dois meses depois, já retomando a questão da importância da revitalização em consonância com o ordenamento. Segundo a matéria, eles estão tanto dando continuidade ao desenvolvendo de um trabalho de retirada dos ambulantes do centro, quanto de revitalização do centro ao promover processos de instalação de novas grelhas, arborização, entre outras melhorias.

Outrossim, diante desses desdobramentos é comum intensificarem esses processos de reordenamentos, em virtude de que a compreensão que se estabelece nesses órgãos, no poder público e nos lojistas é de que a presença dos ambulantes nos centros causa um certo incomodo — por esse *contra-uso* para se apropriarmos do termo crítico de Leite (2004) — pois os sujeitos que trabalham com o comércio informal costumam representar aquela parte da sociedade depauperada do ponto de vista econômico e social, isto é, a classe menos privilegiada economicamente, da qual os órgãos do poder público visam afastar da imagem da cidade. É, assim, que não compreendemos que seja um fenômeno do acaso a criação do projeto “Centro Presente” da prefeitura municipal de Maceió, no qual se encontra fiscais ligados a SEMSCS que trabalham em parceria com a SEMTABES e a Guarda Municipal de Maceió, visando, principalmente, manter a acessibilidade e cumprir a legislação do poder executivo.

Fotografia 20: Fiscais do Centro Presente Municipal



Fonte: Ascom Semscs, 29/10/2019.

Fotografia 21: Fiscais do Centro Presente e Guarda Municipal



Fonte: Ascom Semscs, 29/10/2019.

A perspectiva é que o titular da SEMSCS, Enio Bolivar, continua com o discurso de que as ações estão sendo realizadas de forma preventiva, com abordagens educativas, orientando os ambulantes a desenvolverem suas atividades de forma regularizada, mediante licenciamento e somente em locais permitidos, em obediência à legislação. Como visto em seu discurso:

A Prefeitura está pensando muito na parte social e zelando por isso. Porém, precisamos ordenar o Centro e, de forma pacífica e responsável, estamos conseguindo. Iniciamos com as ações no Calçadão e estamos prosseguindo em outras ruas na região. Sempre de forma ordeira, conversando e explicando a situação aos ambulantes que estavam fazendo o trabalho de forma irregular nos locais (ASCOM/SEMSCS, 29/10/2019)

É evidente em sua fala que ele demonstra que essas ações pensam do ponto de vista social, zelando muito por essa questão. Mas é interessante pensar para quem essas ações realmente se voltam do ponto de vista social. Da qual participa daquela mesma discussão traçada em capítulos anteriores, acerca do público, comunitário, que dependendo de interesses políticos e econômicos a ocupação pratica deste espaço pode passar dessas formas, para semi-público ou até privado. Restringindo e limitando o acesso real a determinadas classes, das quais participam dos interesses econômicos e sociais privilegiados pelo órgão normatizador do espaço.

É interessante refletir sobre essa questão, uma vez que as problemáticas evidenciadas pelos ambulantes em muitas manifestações anteriores — acerca dos locais como mercado da produção e shopping popular, em que eles são alocados, realocados e fixados — e que foram

retomadas, de certa forma, pelo presidente do sindicato Rosivaldo Moura e o vereador Francisco Sales na audiência pública na câmara de Maceió; não são, todavia, objeto de discussão por esses órgãos fiscalizadores. Contudo, numa análise última dos produtos dessa discussão em que ambos os lados demonstram seu ponto de vista, em especial os ambulantes acerca da falta de atenção do poder público para uma análise prática e empírica das condições e situações de trabalho dos mesmos; evidencia que se realmente busca-se uma solução para a problemática analisada, precisam, inexoravelmente, lidar com questão da essência do ser ambulante.

Questão essa que, vista de outro modo, liga-se ao estudo das condições mínimas necessárias para sobrevivência e manutenção desses sujeitos nesse contexto de reestruturação produtiva e crise estrutural do capital. Da qual, nesse caso específico, de acordo com a revisão bibliográfica de trabalhos em nível de outros estados do Brasil e no mundo sobre os vendedores ambulantes, vemos que eles têm sua origem, desenvolvimento e manutenção em locais de intenso fluxos de pessoas, em pontos de transportes, ruas, vias, praças, e dentre outras malhas urbanas. Conforme demonstram Dantas (2014), Pontes (2006), Pamplona (2013), Zambelli (2006). Sob pena de, se não houver diálogo efetivo em relação a isso, veremos a continuidade cíclica desses mesmos problemas repetindo-se anos após anos nos grandes centros urbanos.

Processo esse no qual, o poder público promove o processo de ordenamento e reordenamento, às custas da retirada dos ambulantes do centro comercial e da tentativa de fixá-los em outros locais afastados do centro comercial, sem o intenso fluxo de pessoas, comuns em seu trabalho cotidiano. Aqueles/as que aceitam se submeter a essas normas, fixam-se por um período, mas abandonam, posteriormente, em decorrência de prejuízos em suas vendas, gerando, desta forma, como reação, a apreensão de mercadorias pelo poder público, conflitos, contínuas manifestações e protestos. Reatualizando-se, assim, os mesmos fatores problemáticos vistos na nossa revisão das matérias jornalistas de imprensas locais. Pois, em rigor, caminhamos na tese de que é constitutivo da essência do ser ambulante, dentro dessa conjuntura econômica e política analisada neste trabalho, promover sua manutenção e sua sobrevivência nesses espaços de intensos fluxos de pessoas, nesses “pontos” e malhas urbanas, uma vez permitem seu reconhecimento do ponto de vista social, pavimentando suas relações econômicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Tendo em vista o exposto acima, por fim, a tese que seguimos nesse trabalho é a de que a essência do comércio ambulante atual, fruto dessas contradições e crises estruturais do capital,

como a própria etimologia da palavra nos sugere, advém desse caráter dinâmico, instável em relação aos seus “pontos”, e situados em malhas urbanas, os quais se caracterizam por serem locais de intenso fluxo de pessoas. Para além de uma distinção específica que caracteriza o vendedor ambulante contemporâneo, acima já demonstrada, percebemos que esses fatores que dizem respeito a sua real essência, estão presentes desde seus primórdios no Brasil, especificamente, no período da colonização portuguesa e do Brasil Império com a venda de diversos produtos como frutas, doces, pães e bebidas caseiras nas ruas das grandes cidades. Cabe destacar que, para Acerbi (2006), o comércio ambulante, antes de ser marginal - principalmente para a população negra recém liberta, no século XIX -, tornou-se uma espécie de sobrevivência alternativa, tanto político e econômica, como resposta à “sociedade hierarquizada e fragmentada”.

Caminhando brevemente nessa análise histórico-dialética, a perspectiva da promoção de estratégias políticas governamentais direcionadas a promover a higienização e embelezamento dos grandes centros urbanos, não é uma perspectiva recente, mas que também nos remonta a muitos anos atrás. A título ilustrativo, temos a Reforma Pereira Passos, edificada no século XX, no Rio de Janeiro, e partícipe do processo de modernização urbana de matriz burguesa, que problematizou e limitou o trabalho ambulante espalhado nos espaços de grande fluxo de pessoas, uma vez que espaços urbanos sob esses moldes, apaziguado dessa população de “excluídos” e “marginal”, é sinônimo direto de um embelezamento do capital, da visão exterior do país.

É nessa perspectiva, que do ponto de vista metodológico visamos nesse trabalho trilhar caminhos que visaram dialogar com outras áreas de estudo, especialmente, as da área de geografia, de estudos da sociologia urbana. Uma vez que entendemos que do ponto de vista macro, estrutural, o comércio informal do qual participam os vendedores ambulantes do nosso objeto de estudo, é fruto direto e necessário da lógica estrutural do capitalismo moderno. Especificamente, da lógica formal e informal, do modo como se produz riqueza e pobreza, a qual dialoga diretamente com as leis de concentração, centralização e da composição técnica do capital. Processo no qual, ao final, conforme apreendemos no trabalho pelas análises marxianas do capítulo 23 do livro *o capital*, produz uma tendência no processo produtivo capitalista que visa aumentar a parte constante do capital, visando a extração de mais-valor cada vez mais ampliada pelo aumento da produtividade, tornando parte do capital variável supérflua e relativa, o chamado exército industrial de reserva.

Assim, nossa análise caminhou numa discussão que visou apreender, efetivamente, o desdobramento dessas transformações dentro do processo de reestruturação produtiva da

segunda metade do século XX. Transformações essas que, ao substituir o modo de acumulação fordista e taylorista, pelo toyotista, embora mantendo alguns pilares daqueles, conforme nos mostrou David Harvey em seu conceito de “acumulação flexível”, provocaram metamorfoses significativas na essência da classe-que-vive-do-trabalho, dividindo-a, flexibilizando-a, depauperando-a, subcontratando-a, e massivamente, deixando-a sem perspectiva de emprego formal.

Contudo, essas análises teóricas de matriz marxiana e marxista da sociologia do trabalho que, efetivamente, apreende e oferece uma explicação do ponto de vista macro para a problemática dos conflitos políticos entre classes, a posição do Estado moderno como defensor dos interesses da classe dominante, e da ascensão cada vez mais crescente do comércio informal, dos vendedores ambulantes e camelôs nos grandes centros urbanos do país e no mundo, como o do nosso objeto de estudo em Maceió. Ele possuía a limitação de não nos ter permitido compreender de forma mais pontual, o nosso objeto de estudo, que se delineia numa análise mais próxima da quotidianidade do espaço urbano, captando desdobramentos mais específicos. O que nos fez trabalhar em diálogo com a área de estudos da geografia urbana crítica, então citada acima.

Assim, apropriando-se de matrizes teóricas marxistas da área da geografia, de estudos urbanos, em especial, as de Lefebvre (1999), Santos (1991, 2004), Gomes (2002), Leite (2004) e Pontes (2006), em consonância com uma análise de jornais e documentos da própria cidade, conseguimos apreender de forma mais dialética e histórica, os elementos que nos indicam a essência dos conflitos existentes entre os vendedores ambulantes, camelôs, os lojistas e a Prefeitura Municipal de Maceió.

Nesse sentido, em síntese dos nossos argumentos apresentados, o movimento histórico dialético que vislumbramos é que os vendedores ambulantes, buscando nesse ramo de trabalho a sua sobrevivência em meio a essa crise estrutural do capital, favorecem, por sua vez, a ampliação da circulação e a realização da mais-valia pelo comércio de mercadorias. É, efetivamente, uma imbricação entre o ramo de trabalho formal e informal, entre o “circuito inferior” e o “circuito superior”, se apropriando dos conceitos do geógrafo marxista Milton Santos (2004).

Além disso, analisamos que sendo uma atividade ambulante, ela se caracteriza por ser desenvolvida em locais de intenso fluxos de pessoas, a título de exemplo, locais próximos a pontos de ônibus, shoppings, praças, vias centrais das cidades, em frente a lojas e eventos de aglomeração de pessoas, e dentre outros. Conforme pudemos perceber no caso do centro de

Maceió, em suma sua maioria concentrados em praças, como a dos Palmares, ruas de grande circulação de pessoas, Rua do sol e Rua das árvores, e em frente às lojas do calçadão do centro.

Contudo, averiguamos que esses “pontos”, que Milton Santos (1991) conceitua como “fixo utilizável”, dinâmico e transitório nas malhas urbanas, desencadeiam conflitos de matriz política, social e econômica, uma vez que se situam na fronteira entre o público e o privado, nesse processo que muitos autores, não sem algumas ressalvas, compreendem como apropriação privada do espaço público. Já que nesses locais eles instalam suas barracas, estabelecem “pontos” reconhecidos como “seus”, estabelecem fronteiras visíveis e invisíveis no que concerne a esses lugares apropriados, lugares com uso definido e com um reconhecimento espacial adquirido através de valores físicos, sociais e culturais que formam um conjunto de fatores definidores deste espaço.

De forma pontual, os conflitos que se deram no centro comercial de Maceió, como em muitos estados brasileiros, envolveram o poder público da Prefeitura Municipal, bem como os lojistas. Este, em decorrência de uma explicação em suma magnitude econômica e política, uma vez que, em rigor, os lojistas estabelecidos em locais fixos e físicos, pagam os impostos e demais taxas de licenciamento à prefeitura do município para sua devida autorização para comercializar legalmente. O que acarreta, inevitavelmente, um acréscimo no valor de troca da mercadoria, isto é, tornando-a mais “cara”, em relação aos preços estabelecidos por parte dos comerciantes ambulantes (os não cadastrados legalmente pela prefeitura).

Para além disso, vislumbramos um conflito latente em termos políticos e interesses de suas respectivas condições de classe. A perspectiva é que dentro dessa análise entre o comércio formal e informal, os interesses e objetivos que se sobressaem os primeiros, isto é, os lojistas, é a busca cada vez maior de valorização do seu capital, do aumento de sua riqueza. Enquanto, contraditoriamente, o segundo, isto é, os vendedores ambulantes, buscam essa forma de venda no contexto da informalidade para sua própria sobrevivência, e sobrevivência familiar, pois a força de trabalho é a única mercadoria que eles têm para vender. Nesse sentido, para Tavares (2004) estes sujeitos têm que se utilizar diariamente da força física e das mais variadas criatividade para conseguir cobrir a maior área possível e convencer, na mesma medida, um maior número de pessoas a comprarem suas mercadorias, e assim conseguirem a sua renda. Sendo submetidos, por fim, a rotinas degradantes, instáveis e altamente precarizadas quando levamos em conta a longa carga horária e muito das vezes a “pontos” perigosos em malhas urbanas em pistas de intenso fluxo de carros e àqueles sujeitos às mais variadas normatizações.

Outrossim, no que concerne à discussão apresentada massivamente pelos representantes dos lojistas de que o comércio ambulante gera um processo direto de diminuição do fluxo de

peças e potenciais consumidores dos produtos do centro de Maceió, não averiguamos em nenhuma entrevista, documentos, pesquisas, inclusive nos meios de comunicação, os quais eles se utilizaram, nenhum dado concreto que realmente evidenciasse a veracidade do argumento como sendo algo que efetivamente provocasse uma diferença significativa no fluxo de lucratividade dos lojistas. O que percebemos, entretanto, pela bibliografia que se debruça sobre essa mesma problemática, é a existência de outro fator explicativo. Levando-se em conta que, na maioria dos casos, os circuitos que abastecem os ambulantes serem os mesmos que atendem as galerias, lojas e os shopping's populares instalados em terrenos privados; o que explica também tal situação insólita, é que sobre os trabalhadores de rua sempre recairá um julgamento moral mais incisivo e criminalizador, pela própria tensão que sua atividade estabelece ao ocupar o espaço público.

Segundo o sociólogo Michel Misse (2007), é próprio de produtos cuja oferta é criminalizada movimentar outro que transaciona “mercadorias políticas” – negociações de caráter político transformadas em valores monetários. A sua transação funciona como uma forma de negociar o respeito às fronteiras entre o legal e ilegal, o formal e informal, o lícito e ilícito.

Assim, por conseguinte, é indubitável que em relação a ambos os polos vimos um processo histórico em se esperava que a prefeitura municipal de Maceió se apresentasse como “mediador” desses conflitos, ou pelo menos muito se reconheceu essa postura por muitos meios de comunicação da capital, os quais utilizamo-nos para captar informações e compreender os movimentos históricos e políticos dessa questão. O que acontece, entretanto, é que em ambos não vimos um direcionamento efetivo e significativo desse poder público que visasse beneficiar os vendedores ambulantes e camelôs, ou pelo menos resolver a sua situação complexa e instável.

A ideia é que a Prefeitura Municipal de Maceió, quando analisamos atentamente os períodos de 2015-2019, inseriu-se nesse contexto tendo que lidar com uma dupla processualidade que esteve presente nas análises históricas e políticas da dissertação de Pontes (2006) sobre esse mesmo conflito eclodido em Maceió, a saber, primeiro, participar do processo em desenvolvimento em escala nacional e global, de reforma e urbanização moderna dos centros urbanos aos moldes burgueses. Os quais, caracterizam-se em seu desdobramento por limitar e excluir a ocupação e trabalho dessas populações menos privilegiada economicamente a esses espaços. Uma vez que intervir estrategicamente nas cidades é criar um ambiente competitivo a partir dos grandes empreendimentos susceptíveis aos negócios globais, isto é, às grandes transações econômicas e aos grandes eventos culturais para que se tornem atraente aos

grandes empreendedores, podendo disputar com outras cidades, investimentos externos (PONTES, 2006). E, o segundo, um tanto complementar da primeira, defender os interesses daqueles que realmente podem pagar as taxas e demais contribuições ao poder público para comercializar, isto é, a classe dos lojistas, a classe comercial.

Nessa linha de raciocínio, a hipótese deste trabalho é que as negociações observadas nos espaços do comércio ambulante formam ordens lícitas e ilícitas de gestão dos conflitos e do território, as quais são divididas entre o Poder Público e outros agentes. Por continuamente transitarem pelas fronteiras entre o legal e ilegal, lícito e ilícito, formal e informal; as negociações caracterizam o território como uma “zona de indeterminação” entre o direito e não-direito, a lei e a norma, o juízo e o arbítrio – para usar a concepção de Giorgio Agamben.

Contexto esse em que as políticas de revitalização e reordenamento provavelmente não surtirão efeitos, na medida que só buscam intervenções sem qualquer projeto para esses ambulantes, deslocando-os coercitivamente para regiões afastadas e até remotas dos centros de grandes circulações de pessoas, como foi o caso do shopping popular de Maceió e o Mercado da produção.

Nesse sentido, podemos compreender que, pelas análises desses eventos conflituosos que detêm uma recorrência em Maceió, caso contrário não se pense esses sujeitos em suas reais condições de vida e de trabalho; veremos provavelmente se repetir, ciclicamente, o processo de alguns aceitarem se submeter a essas normas, fixarem-se por um período, mas abandonarem, posteriormente, em decorrência de prejuízos em suas vendas. Gerando, desta forma, como reação, a apreensão de mercadorias pelo poder público, conflitos, contínuas manifestações e protestos. Um contínuo e ampliado processo ambíguo que Chauí (1984), denomina de “conformismo e resistência”, no qual, por um lado, temos a aceitação por alguns da ordem estabelecida como estratégia capaz de garantir seu deslocamento, e, por outro, a grande massa que mesmo diante de tais circunstâncias, por não terem condições de pagarem taxas e contribuições — dentro dessa crise estrutural de desemprego e depauperação da classe-que-vive-do-trabalho — para comercializarem legalmente perante o poder público; precisam se utilizar de performances e práticas de burlar as fiscalizações e sanções dos agentes públicos para sua sobrevivência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACERBI, P. Legados escravistas, modernidade alternativa: o comércio ambulante no Rio de Janeiro, 1850-1930. In.: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12., 2006, Niterói. Anais

eletrônicos... Niterói: Anpuh, 2006. Disponível em:
<http://www.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=303>. Acesso em: 30 mar. 2013.

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

Ambulantes bloqueiam momentaneamente trânsito no Centro contra ação de despejo. **Alagoas 24 horas**, Maceió, 26 set. 2017. Disponível:
<<https://www.alagoas24horas.com.br/1094788/ambulantes-bloqueiam-momentaneamente-transito-centro-contracao-de-despejo/>>. Acesso em: 06 abr. 2020.

Ambulantes causam queda nas vendas de lojas do Centro de Maceió, segundo Aliança Comercial. **TNH1/TV Pajuçara**, Maceió, 04 jun. 2019. Disponível em:
<<https://www.anoticia.online/2019/08/15/inercia-de-rui-abandonados-comerciantes-e-ambulantes-cobram-melhorias-do-centro-de-maceio/>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

Ambulantes retirados do centro de Maceió não entram em acordo com a prefeitura e permanecem no Mercado da Produção. **G1 AL**, Maceió, 18 jul. 2018. Disponível em:
<<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2018/07/18/ambulantes-retirados-do-centro-de-maceio-nao-entram-em-acordo-com-a-prefeitura-e-permanecem-no-mercado-da-producao.ghtml>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

Ambulantes voltam a ocupar ruas do Centro de Maceió. **Tribuna Hoje**, Maceió, 23 fev. 2018. Disponível em:<<https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2018/02/23/ambulantes-voltam-a-ocupar-ruas-do-centro-de-maceio/>>. Acesso em: 08 abr. 2020.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho: ensaios sobre as metamorfoses do mundo do trabalho e a centralidade do mundo do trabalho**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25 n. 87, p. 335-351, maio/ago., 2004. Disponível em: www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf. Acesso em: 26 jan. 2020.

ARAÚJO, A. M. C.; LOMBARDI, M. R. Trabalho Informal: gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cadernos de Pesquisa**. V. 43, 2013.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1994.

BARROSO, P. F. “Conquistei meu espaço dia a dia” – estudo etnográfico sobre a ocupação do espaço público pelos vendedores ambulantes. **Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 109 - 119, agosto. 2011. Semestral. Disponível em: <http://www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 24 set. 2019.

BASSO, J. M. **Investigação de fatores que afetam o desempenho e apropriação de espaços abertos públicos**: O caso de Campo Grande, MS. 2001. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BATISTA, R.; RODRIGUES, C. Vendedores ambulantes bloqueiam rua em protesto no centro de Maceió. G1 AL, Maceió, 17 jul. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/vendedores-ambulantes-bloqueiam-rua-em-protesto-no-centro-de-maceio.ghtml>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

BATISTA, R. L. **A ideologia da nova educação profissional no contexto da reestruturação produtiva**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. (Coleção PROPG Digital - UNESP). ISBN 9788579831980.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CACCIAMALI, M. C. **O setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: Ed. IPE, 1983.

Camelôs fazem manifestação nas ruas do centro de Maceió. G1/AL, Maceió, 29 out. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2015/10/camelos-fazem-manifestacao-pelas-ruas-do-centro-de-maceio.html>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

Camelôs protestam após ameaça de despejo no Centro de Maceió. **Programa Cidadania**, Maceió, 29 out. 2015. Disponível em: <<http://programacidania.com.br/camelos-protestam-apos-ameaca-de-despejo-no-centro-de-maceio/>>. Acesso em: 29 out. 2015.

CARVALHO, R. Ambulantes resistem a retirada: Prefeitura de Maceió aciona Guarda Municipal e PM para conter revolta. **GAZETA WEB**, Maceió, 27 set. 2017. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=312852>>. Acesso em: 08 abr. 2020.

CATANNI, A. D. **Trabalho e autonomia**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOAY, F. **O Urbanismo**. Editora Perspectiva, São Paulo, 1979

CINARA, G. Ambulantes clandestinos geram impasse com comerciantes cadastrados nas ruas de Maceió. **Cada Minuto**, Maceió, 21 jul. 2016. Disponível: <<https://www.cadaminuto.com.br/noticia/290062/2016/07/21/ambulantes-clandestinos-geram-impasse-com-comerciantes-cadastrados-nas-ruas-de-maceio>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

CORSI, F. L. O Plano Real: um balanço crítico (1994-1998). In: DEL ROIO, M (.Org). **Globalização e dimensões da crise brasileira**. Marília: Cadernos da F.F.C. – UNESP – Marília Publicações, 1999. p. 13-28.

COSTA, M. S. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Cad. CRH**, Salvador , v. 23, n. 58, p. 171-190, Abril. 2010 . Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000100011&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 14 mar. 2020.

CUNHA, A. M. Trabalhadores de rua: tensões e resistências na luta pelo direito ao trabalho. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 77-85 jan./jun. 2009.

DANTAS, E.W. C. **A cidade e o comércio ambulante**: estado e disciplinamento da ocupação do espaço público em Fortaleza (1975-1995). Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

DÚMENIL, G.; LÉVY, D. Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo. In: DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. (Org.) O imperialismo na era neoliberal. Crítica Marxista, São Paulo, **Ed. Revan**, v.1, n.18, 2004.

Fiscais recolhem mercadorias e ambulantes fazem protesto no Centro, em Maceió. **Repórter Maceió**, Maceió, 20 nov. 2018. Disponível em:
<<https://www.reportermaceio.com.br/2018/11/20/fiscais-recolhem-mercadorias-e-ambulantes-fazem-protesto-no-centro-em-maceio/>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana**. Ensaios de Geopolítica da Cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 2002.

GRAMSCI, A. Problemas de história e de política. Americanismo e fordismo. In: **Obras escolhidas**. v. II. Lisboa: Estampa, 1974.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

HOBSBAWN, E. **A era dos extremos**: o breve século XX (1994-1991). São Paulo: Cia das Letras, 1995.

INÉRCIA DE RUI: Abandonados, comerciantes e ambulantes cobram melhorias do Centro de Maceió. **A Notícia**, Maceió, 15 ago. 2019. Disponível em:
<<https://www.anoticia.online/2019/08/15/inercia-de-rui-abandonados-comerciantes-e-ambulantes-cobram-melhorias-do-centro-de-maceio/>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

KOVARICK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

KREIN, J. D.; PRONI, M. W. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos**. Brasília: OIT- Brasil, 2010.

LEFEBVRE, H. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999

LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade – lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. São Paulo: Editora Unicamp, 2004.

MARQUES, I. S. **Apropriação do Espaço Público Urbano pelo Comerciante Informal na Avenida Expedito Garcia, Campo Grande, Cariacica-ES**. 2010. 228f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Espírito Santo, Campo Grande, 2010.

MARTINS, J. S. **Exclusão e a nova desigualdade social**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo Boitempo, 2004.

MARX, K. **O capital: capítulo VI**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro primeiro: processo de trabalho e processo de produzir mais-valia. 7. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1982. Vol. I.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MATTOSO, J. E.; POCHMANN, M. Mudanças estruturais e o trabalho no Brasil dos anos 90. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 10, junho, 1998.

MELO, N. A. **Evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal e das relações de trabalho em Presidente Prudente**: subsídios para a compreensão da dinâmica regional através do trabalho e do emprego formal. 2008. 198 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008.

MISSE, M. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estud. av.**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 139-157, Dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300010&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 01 Abr. 2020.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo. Boitempo. 2003.

OLIVEIRA, J. D. **Trabalhadores por conta própria: o trabalho dos vendedores ambulantes da passarela do Natal Shopping e do Via Direta**. 2009. 175 f. Dissertação (Mestrado em

Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

Operação da Prefeitura combate ambulantes no Centro de Maceió. **Brasil 247**, Maceió, 15 de maio de 2017. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/geral/operacao-da-prefeitura-combate-ambulantes-no-centro-de-maceio>>. Acesso em: 06 abr. 2020.

PAMPLONA, J. B. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 225-249, June 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982013000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 Mar. 2020.

POCHMANN, M. **O Trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PONTES, P. R. C. **Pontos e fluxos**: apropriações dos espaços urbanos de uso público. 2019. 176 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006.

Presidente da Aliança Comercial alfineta Prefeitura sobre organização do Centro. **7 Segundos**, Maceió, 26 abr. 2019. Disponível em: <<https://maceio.7segundos.com.br/noticias/2019/04/26/138296/presidente-da-alianca-comercial-alfineta-prefeitura-sobre-organizacao-do-centro.html>>. Acesso em: 11 abr. 2020

SANCHES, C. De volta a ruas do centro, ambulantes cobram apoio da prefeitura de Maceió. **G1 Alagoas**, Maceió, 19 mar. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2015/03/de-volta-ruas-do-centro-ambulantes-cobram-apoio-da-prefeitura-de-maceio.html>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Ed. Hucitec, 1991.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 2004.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA E CONVÍVIO SOCIAL. Fiscalização melhora mobilidade no Calçadão do Comércio. **Ascom/SEMSCS**, Maceió, 10 ago. 2019. Disponível em: <<http://www.maceio.al.gov.br/2019/08/fiscalizacao-melhora-mobilidade-no-calcao-do-comercio/>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

SANDRO, M. S. **Camelô do shopping popular**: a velha informalidade, novas questões. 1ª ed. Maceió: UFAL, 2008. 45 p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA E CONVÍVIO SOCIAL. Revitalização segue com ordenamento dos ambulantes do Centro. **Ascom/SEMSCS**, Maceió, 29 out. 2019. Disponível em: <<http://www.maceio.al.gov.br/2019/10/centro-revitalizacao-segue-com-ordenamento-dos-ambulantes/>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA E CONVÍVIO SOCIAL. Secretaria apresenta projeto para comércio na Praça dos Palmares. **Ascom/SEMSCS**, Maceió,

21 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.maceio.al.gov.br/2017/07/secretaria-apresenta-projeto-para-comercio-na-praca-dos-palmares/>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA E CONVÍVIO SOCIAL. Prefeitura delimita espaços para ambulantes na Praça dos Palmares. **Ascom/SEMSCS**, Maceió, 03 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.maceio.al.gov.br/2017/09/prefeitura-delimita-espacos-para-ambulantes-na-praca-dos-palmares/>>. Acesso em: 06 abr. 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA. Prefeitura delimita espaços para ambulantes na Praça dos Palmares. **Ascom/SEMSCS**, Maceió, 03 set. 2017. Disponível em: <<http://www.maceio.al.gov.br/2017/09/prefeitura-delimita-espacos-para-ambulantes-na-praca-dos-palmares/>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

Secretaria Municipal faz reordenamento do espaço público no Centro de Maceió. **Tribuna Hoje**, Maceió, 13 de maio de 2017. Disponível em: <<https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2017/05/13/secretaria-municipal-faz-reordenamento-do-espaco-publico-no-centro-de-maceio/>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

SILVA, L. M. Mercado de trabalho ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (Org.) **Além da fábrica: sindicatos, trabalhadores e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SOUZA, P. R. **Salário e emprego em economias atrasadas**. Coleção Teses. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1999.

TAVARES, M. A. **Os fios Invisíveis da produção capitalista – Informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

THEODORO, M. A questão do desenvolvimento: uma releitura. In: RAMALHO, Jether; ARROCHELLAS, Maria H. **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004. p.15-44.

YAMADA, A. C. F. A alma da cidade. Personagens urbanos de Florianópolis. In (org.) **Vitruvius – Minha Cidade 111**, 2004.

ZAMBELLI, P. H. L. **O trabalho informal dos camelôs na região central de Belo Horizonte e a transferência para os shoppings populares**. 2006. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação Em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.